



ATA

Sessão Extraordinária de Janeiro – 20JAN2026

N.º 05/2025-2029

Assembleia Municipal

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

ami@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

Data: 20 de janeiro de 2026 (terça-feira).

Local: Salão Nobre dos Paços do Município.

Nos termos da alínea d) do artigo 26.º e dos números 1 e 5 do artigo 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Presenças

Mesa da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, Presidente da Assembleia Municipal; Domingas Maria Ramos Loureiro, 1.ª Secretária e Irene Maria Ribau Esteves Tavares, 2.ª Secretária.

Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PSD): Teresa Margarida Ferraz Alves, António José Flor Agostinho, Sofia Caçoilo Corticeiro, Matilde Figueiredo Marques Ferreira.

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer' (UPF): José Manuel Figueiredo Pinto Reis, Pedro Cristo Graça, Maria Graça da Silva Oliveira, Rui Manuel da Rocha Rufino, Daniela Ribeiro Alegria, Paulo Sérgio Ribau Amarante e Cláudia Fernandes Reigota.

Grupo Municipal do Partido Socialista (PS): Sérgio Manuel de Jesus Lopes e António Pedro Oliveira Martins.

Grupo Municipal do Partido Chega (CH): Andreia Marisa Guerra Bento e Rui Daniel Sobral de Sousa.

Grupo Municipal do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS): António José Carlos Pinho e Carlos Pedro da Silveira Coelho Ferreira.

Deputados Municipais por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia: João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador - UPF), José António Falcão Ribeiro de Arvins (Freguesia da Gafanha da Nazaré - PSD), José Augusto Ribau Carapelho (Freguesia da Gafanha da Encarnação - PSD) e Daniela Apolinário Pimentel (Freguesia da Gafanha do Carmo - PSD).

Câmara Municipal de Ílhavo: Rui Manuel da Silva Pedro Moreira Dias, Presidente da Câmara; Carlos António das Neves Rocha, Vereador em regime de Permanência; João António Filipe Campolargo, João Diogo da Silva Semedo, Assunção Mariana Carlos Ramos (UPF) e Sónia Alexandra Fernandes Gomes (PS), Vereadores em regime de Não Permanência.

Justificada a ausência da Vice-presidente do Executivo Municipal, Maria Eugénia Martins Pinheiro.

Substituições (validadas as justificações e confirmadas posições sucedâneas nas respetivas listas)

Grupo Municipal do Partido Socialista: Mariana Afonso Monteiro Horta Ferreira substitui Luís Leitão de Figueiredo.

Ordem do Dia

Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Ponto 1. "Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2026".

Ponto 2. "Autorização prévia e autorização prévia genérica no âmbito da lei dos compromissos para o ano de 2026".

Ponto 3. "Abertura de procedimento por Hasta Pública para cessão do direito de exploração de um quiosque, sito no Molhe Sul, Praia da Barra – Gafanha da Nazaré".

Ponto 4. " Hasta Pública para a "Concessão do direito de utilização privativa do Espaço Público Municipal para conceção, instalação e exploração de 12 quiosques no Município de Ílhavo ".

Ponto 5. "Compromissos plurianuais assumidos no 1.º semestre de 2025, de contratos de locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços".

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte a gravação vídeo)

Às 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito boa noite. Boa noite ao público aqui presente. Boa noite a todos os que nos acompanham através da nossa transmissão.

Boa noite ao senhor Presidente da Câmara. Boa noite a todo o Executivo aqui presente. Sejam bem-vindos à sessão extraordinária de janeiro. Vamos começar com a chamada. Portanto, eu vou pedir aqui à nossa segunda-secretária que realize a chamada.»

Presenças / Quórum

Da Assembleia Municipal

Segunda-Secretária da Mesa, Irene Maria Ribau Esteves Tavares:

«Boa noite a todos.»

(leitura da lista de presenças e substituições).

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata.

Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD)

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado. Senhoras e Senhores Deputados Municipais, no seguimento dos contactos previamente estabelecidos com os líderes dos grupos municipais e após indicação formal por parte da Câmara Municipal, foi comunicada à mesa da Assembleia Municipal a necessidade de proceder, em sede deste órgão, à eleição de um Presidente de Junta para representação das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Saúde. Em condições normais, esta eleição poderia ser agendada para a sessão ordinária do mês de fevereiro. Contudo, atendendo a que a próxima reunião do Conselho Municipal de Saúde está agendada para o final do corrente mês de janeiro, mais propriamente no dia 30, tornou-se necessário antecipar este procedimento de forma a garantir a plena representação do município naquele órgão consultivo.

Face a esta circunstância, e considerando a concordância manifestada pelos grupos municipais, vamos integrar na ordem de trabalhos da presente sessão extraordinária a eleição do referido representante. Iremos ter então um ponto seis que tem a seguinte redação: "Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia em representação das juntas de freguesia do município no Conselho Municipal de Saúde.»

Voto de Pesar

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito bem. Excepcionalmente, nesta sessão extraordinária, será apreciado e submetido à votação um voto de Pesar pelo falecimento do Dr. António Neves Vieira, antigo presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo, apresentado pelo deputado Paulo Alexandre Aguiar Pinto Matos dos Santos e subscrito pelas deputadas Domingas Loureiro e Irene Ribau.

O Dr. António Neves Vieira foi uma personalidade de grande relevo na vida cívica, política e associativa do nosso município, tendo dedicado grande parte da sua vida ao serviço da comunidade. A sua atuação exemplar e o seu compromisso com a Assembleia Municipal deixaram um legado de integridade, proximidade e dedicação aos cidadãos.

A apreciação deste Voto de Pesar é um momento de reconhecimento e homenagem à sua memória. A Mesa convida todos os Deputados a participarem neste gesto de solidariedade e respeito. Depois de transmitir esta intenção aos diversos grupos municipais que, além de anuírem, subscreveram este Voto de Pesar, é com enorme gratidão que o integro nos trabalhos de hoje.

Depois de ter recebido os pedidos de subscrição de todos os grupos municipais, vamos proceder à leitura do Voto de Pesar em questão.»

Primeira Secretária da Mesa, Domingas Loureiro:

(Efetuada a leitura do Voto de Louvor que se encontra apenso à presente Ata)

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Não sei se alguém quer fazer alguma intervenção? Então vamos proceder à votação deste Voto de Pesar.

Quem vota contra? Quem se abstém? O voto, de pesar do falecimento do Dr. António Neves Vieira foi aprovado por unanimidade. Eu peço agora um minuto de silêncio em sua memória.»

Período da Ordem do Dia

Ponto 1. “Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2026”.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Vamos entrar no período da ordem do dia, no ponto 1. “Grandes opções do plano, orçamento e mapa de pessoal para 2026”. E começo por dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara.”

Interpelação à Mesa

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos ‘Unir Para Fazer’:

“É sobre os tempos. Boa noite a todos. No mapa do plano penso que está um erro, o tempo de intervenção do senhor presidente é o dobro, são 20 minutos. E eu gostaria de saber se vamos ter tempo estendido ou se serão só os tempos de que estão estipulados.”

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

“Vamos ter os tempos estão definidos no regimento.”

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos ‘Unir Para Fazer’:

“Com certeza. Eu requeria ao plenário que fosse aprovado um aumento de 50% aos tempos para que pudéssemos discutir com mais profundidade. No passado, este tema era apresentado juntamente com as taxas e aproveitava-se esse tempo para se abordarem todos os temas.

Julgamos que seremos todos mais esclarecidos se pudermos optar por esse aumento de 50% nos tempos a que temos, cada um dos grupos. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

“Bem, eu pergunto ao plenário se vê algum inconveniente em estender em 50% os tempos. Não? Então vamos estender em 50% dos tempos. Só um bocadinho, temos que retificar ali a aplicação.

Mas se calhar podemos começar já com a apresentação do ponto por parte do senhor Presidente da Câmara. Senhor presidente da Câmara, está preparado? Sim? Então, tenho a palavra.”

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, Rui Dias:

“Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados. Permitam-me que comece, antes de mais, por associar todo o Executivo, que para este efeito aqui represento, ao Voto de Pesar apresentado pelo óbito do Dr. Neves Vieira e que também a Câmara Municipal possa subscrever os termos em que o mesmo foi redigido e aprovado pela Assembleia Municipal.

Quanto ao primeiro ponto de ordem de trabalhos, eu lamento, mas não consigo dizê-lo melhor, peço licença para reproduzir a introdução que fiz na Câmara Municipal na apreciação e votação deste ponto da ordem de trabalhos.

E dito isto... importa sublinhar a importância deste momento que hoje aqui vivemos. O documento que vos apresento - as grandes opções do plano e o plano de atividades para 2026, o orçamento e o mapa de pessoal - não são apenas instrumentos técnicos ou financeiros, são, acima de tudo, a tradução política do início efetivo de um novo ciclo de governação no município de Ílhavo. Um ciclo que queremos responsável, próximo das pessoas, rigoroso na gestão e ambicioso no futuro que projeta. Referimo-nos, naturalmente, apenas ao primeiro ano completo deste mandato. Um ano decisivo para afirmar metas, prioridades e uma forma de estar na governação local. Este plano assume uma visão de médio prazo, alinhada com o círculo autárquico 2025-2029, mas com ações concretas, mensuráveis e orientadas já para resultados em 2026.

Não prometemos tudo de uma vez. Prometemos seriedade, coerência e compromisso com a realização do programa e das propostas que nos trouxeram até aqui. Este documento nasce numa convicção clara, a de que governar é escolher bem. E escolher bem, muitas vezes, implica saber dizer não ao imediato para garantir o essencial no futuro. Implica gerir expectativas, explicar opções e assumir constrangimentos com frontalidade. E é exatamente isso que fazemos logo na introdução e no enquadramento financeiro do plano. O novo Executivo herdou um conjunto muito significativo de investimentos estruturantes em curso, sobretudo nas áreas da educação, saúde e habitação, fortemente apoiadas por fundos comunitários do Plano de Recuperação e Resiliência.

São investimentos absolutamente estratégicos para o Concelho e que não colocamos em causa. Pelo contrário, assumimos o compromisso de os concluir integralmente, com qualidade, dentro dos prazos e honrando os contratos assinados. Mas esses investimentos têm um custo real para o município, um custo elevado, concentrado neste mandato e que se estima em mais de 11 milhões de euros de comparticipação municipal, aos quais acrescem revisões de preços, fornecimento imobiliário, monoblocos e outros encargos que não estavam previstos no momento da contratualização.

Esta é uma realidade objetiva que condiciona de forma muito clara a nossa margem de manobra financeira em 2026. É importante dizê-lo com total transparência. Esta não é uma crítica às opções do passado, é uma constatação responsável do ponto de partida com que governamos hoje. E é com base nesse ponto de partida que construímos este plano. Num contexto financeiro exigente, optamos por uma estratégia de prudência, equilíbrio e faseamento do investimento. Uma estratégia que protege as contas municipais, evita aventuras financeiras e garante que Ílhavo continua a ser um município credível, cumpridor e capaz de captar investimento externo no futuro.

Isso significa naturalmente que alguns projetos que constavam do nosso “Roteiro para um Futuro Maior” não poderão arrancar já em 2026 com a dimensão ou ritmo que desejaríamos. Falamos, por exemplo, de apoios estruturados à requalificação das instalações desportivas dos clubes, da ampliação da Zona Industrial da Mota, da construção de um pavilhão multiusos, da expansão significativa da rede de ciclovias ou da requalificação profunda de alguns espaços públicos centrais.

Quero ser muito claro. Estes projetos não ficam abandonados, continuam a fazer parte da nossa visão estratégica para Concelho e o que fazemos agora é uma opção de responsabilidade política, garantindo que, quando avançarmos, avançaremos com sustentabilidade financeira, capacidade de execução e impacto real.

Feito este enquadramento, importa olhar para o que este plano tem de mais forte e estruturante. E aqui a mensagem é inequívoca. Apesar dos constrangimentos, 2026 será um ano de forte investimento nas pessoas.

Na educação assumimos aquela que será, muito provavelmente, a maior aposta financeira de sempre no município, nesta área. Mais de 17 milhões de euros estão destinados à requalificação profunda da Escola Secundária João Carlos Celestino Gomes, da Escola Básica Professor Fernando Martins e da Escola Básica José Ferreira Pinto Basto. Falamos de conforto térmico, de eficiência energética, de acessibilidades, espaços pedagógicos e condições dignas para alunos, professores e assistentes operacionais. A isto deve somar-se a construção do Jardim de Infância da Gafanha da Encarnação Norte, caso seja assegurado, como esperamos, financiamento adicional. Paralelamente, assumimos 2026 como o Ano Municipal da Educação, com um conjunto de programas inovadores, nomeadamente na educação STEAM Labs, na educação ciência viva, na escola digital municipal, na escola de pais, no apoio reforçado às associações de pais, na aquisição de livros de fichas para alunos abrangidos pela ação social escolar e pelo reforço alimentar nas interrupções letivas.

Na ação social, reforçamos as respostas de proximidade com mais de 1 milhão de euros de investimento. Destaco a oficina móvel “Ílhavo Cuida”, o transporte a pedido, o cheque dentista e uma lógica de intervenção que articula o município com as IPSS, freguesias e associações locais. A nossa abordagem é simples. Ninguém fica para trás e ninguém é tratado apenas como um número.

Na saúde, o investimento ultrapassa os 6 milhões de euros com a requalificação dos centros de saúde de Ílhavo e da Gafanha da Nazaré. São obras essenciais para garantir melhores condições de atendimento, mais dignidade para utentes e profissionais e maior capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde no nosso território.

Na habitação, mais de 10 milhões de euros estão afetos ao programa “1.º Direito”. A habitação digna não é um luxo, é um direito básico e este Executivo não vira a cara a esse desafio.

Quero também sublinhar a aposta clara na valorização dos trabalhadores municipais. O programa Viver Melhor no Trabalho, os investimentos em formação contínua, em ferramentas digitais, em bem-estar e saúde mental, não são acessórios. São a condição essencial para termos uma autarquia mais eficiente, mais humana e mais próxima dos cidadãos.

No desporto e bem-estar, apesar das limitações ao nível das grandes infraestruturas, garantimos mais de 1 milhão de euros para programas de atividade física, manutenção de instalações, protocolos com clubes, desporto para todos e iniciativas como o gabinete de prescrição do exercício físico. O desporto é saúde, é inclusão e é qualidade de vida.

Na cultura, com mais de 1,4 milhões de euros reforçados pelo saldo de gerência, apostamos numa programação qualificada na valorização do património e na consolidação da identidade cultural de todo o Concelho. Mesmo adiando algumas grandes ambições, não abdicamos de uma política cultural viva, acessível e com impacto para todos.

Ao nível do ambiente, resíduos, planeamento urbano, rede viária e arranjos urbanísticos, seguimos uma lógica de manutenção, qualificação progressiva e preparação do futuro com destaque para a revisão do Plano Diretor Municipal e para a sustentabilidade ambiental das nossas ações.

Quero ainda destacar a transferência de 700.000,00 € para as juntas de freguesia. Esta é uma aposta clara na descentralização, na proximidade e na confiança política nas freguesias como primeiro elo de resposta às nossas populações.

Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, este não é um exercício de propaganda. É um documento sério, exigente e realista. Assume constrangimentos, faz escolhas e define prioridades. Coloca as pessoas no centro da ação política, protege o futuro financeiro do município e cria bases sólidas nos próximos anos para podermos acelerar investimentos estruturantes com segurança. Governar é decidir e decidir, muitas vezes, é ter a coragem de escolher o essencial.

É isso que estas grandes opções do plano para 2026 representam. Conto convosco, com o vosso contributo, com o vosso espírito crítico e com o vosso sentido de responsabilidade para, juntos, fazermos 2026 um ano de afirmação do novo ciclo de governação em Ílhavo, um ciclo mais próximo, mais humano e mais preparado para o futuro. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado, senhor Presidente. Vamos então registar e abrir as inscrições para uma primeira intervenção. Nós, na última sessão, terminámos com o Chega. Foram seis pontos, cinco mais a adenda. Portanto, vamos começar com o Partido Socialista. Alguma inscrição

do Partido Socialista? Temos o Pedro Martins e o deputado Sérgio Lopes. Do 'Unir Para Fazer'? José Pinto Reis, Pedro Cristo e Rui Rufino. Do PSD, temos o Flor Agostinho e a Matilde Ferreira. E do CDS, António Pinho e Carlos Pedro Ferreira. E do Chega? Não há intervenção. Então vamos começar com o deputado Pedro Martins, por favor. É o Sérgio Lopes? OK. É igual. Com certeza.»

Sérgio Lopes, Grupo Municipal do Partido Socialista:

«Senhor Presidente, senhores Deputados, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, estimado público.

A proposta do Plano e Orçamento para 2026 não corresponde essencialmente à mudança propalada pelo PSD na campanha eleitoral e que foi reclamada, de certa maneira, pelos eleitores através do resultado eleitoral do dia 12 de outubro. E são vários os indicadores que nos levam a poder afirmar, com certeza, que este orçamento não significa, bem pelo contrário, essa mudança.

Um deles é o de que a convergência e o diálogo são para já letra morta. Dois exemplos. A proposta de orçamento não foi apreciada pelo Conselho Municipal de Juventude, conforme determina o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude. Não foram que nós tenhamos conhecimento, porque não nos foi dado a conhecer como deveria ter sido se tivesse sido. Não foram apresentadas as linhas de orientação da política municipal para a juventude ao Conselho Municipal da Juventude e não foi emitido pelo Conselho Municipal da Juventude o parecer obrigatório à proposta aprovada pelo Executivo.

Outro indicador de que a convergência e o diálogo propalados logo na noite das eleições continuam a ser letra morta, é de que a consulta prévia aos partidos da oposição persiste, como em mandatos anteriores, persiste uma encenação. A informação prestada continua a ser exígua. Foram-nos fornecidos apenas mapas orçamentais, sem informação programática sobre as linhas de orientação política. Ocorreu uma reunião conjunta com todas as forças políticas que, apesar de inédita, nós podemos considerar útil. E eu participei nessa reunião, na comitiva do Partido Socialista que compareceu, e foi uma reunião profícua, apesar de, posteriormente, terem decorrido coisas que foram incoerentes com aquilo que ali tinha sido dito, mas sobre isso já falámos na última Assembleia Municipal. Mas a verdade é que essa reunião conjunta não substitui e não dispensa o contacto direto e indireto ao nível bilateral. Ademais, se tivermos em conta que esta maioria do PSD na Câmara e na Assembleia Municipal é relativa, precisa que as suas propostas sejam viabilizadas pelos partidos da oposição para que possam ser aprovadas. Depois, por outro lado, os contributos que o PS enviou caíram em saco roto. Não há uma única medida resultante de diálogo, se ele tivesse ocorrido, entre o PSD e o PS. A resposta à nossa missiva, em que enviamos um conjunto de contributos, chegou quando o orçamento já estava fechado e enviado aos vereadores. No mínimo, esta conduta tem que ser classificada, no mínimo, como uma desconsideração. Perdeu-se, portanto, a oportunidade para o diálogo e para a convergência prometida. Mudou o mandato, mudou a maioria, mantém-se o défice de diálogo.

Depois, por outro lado, o orçamento municipal adia o início do novo ciclo político para 2027. Os eleitores escolhem quem governa para quatro anos. Esperávamos todos, mesmo os mais céticos, que quem chegou numa manhã de nevoeiro, montado num cavalo branco, já tivesse 100 dias repletos de realizações e, ainda mais, previstas para o primeiro ano completo de exercício. Não é o caso. O orçamento mostra uma mera transição de poder entre Campolargo e Rui Dias. 2026 é, infelizmente, o ano zero. E não foi isto que o senhor presidente prometeu na campanha. Prometeu mudança, muitas mudanças. E para justificar esta inércia, o argumento dos constrangimentos de tesouraria não colhe porque ou o senhor presidente não sabia que eles existiam quando apresentou o seu programa eleitoral, o que é grave, porque todos sabíamos. todos sabíamos que a Câmara tinha estes investimentos em curso e em que condições. Todos. E se espera que um candidato, ainda para mais de um partido como o PSD, conheça aprofundadamente a realidade do município e da Câmara. Ou o senhor presidente sabia e, mesmo assim, fez mil e uma promessas que sabia não poder cumprir, o que é tão ou mais grave, porque isso significaria que tinha iludido os eleitores na campanha. A verdade é que verificamos inércia em várias áreas. Eu enumero alguns exemplos.

Na área da cidadania, ainda não chegámos aos 100 dias de governação e já se cortou no orçamento participativo 40%. Míseros 40.000€. A câmara corta uns míseros 40.000€ e diminui o orçamento participativo de 100.000€, que já era pouco, para 60.000.

Na educação e na ação social desaparecem verbas para apoio à construção de creches.

No urbanismo, a requalificação das frentes Ria e do Caminho do Praião desapareceram. Praias fluviais, que até constavam do programa eleitoral do PSD e do PS, não constam.

Investimento na reformulação do centro da cidade da Gafanha da Nazaré reduzido a pó em 2026 e nos anos seguintes.

Via complementar Aveiro - Ílhavo continua na gaveta. Continuará sem resposta o inferno que se vive na antiga nacional e inferno esse a que acrescerá ainda a circulação de Bugas que o senhor presidente quer, e bem, pôr a circular entre os municípios. Mas por onde?

No ambiente não há qualquer indício de qualquer reforma de modernização no sistema de gestão de resíduos que potenciem a diminuição dos resíduos indiferenciados, que aumentem a separação e que modernizem o nosso sistema que está obsoleto. E os resultados estão aí. Há municípios a reduzir as tarifas de resíduos sólidos e nós, todos os anos, temos tido a discussão no Executivo Municipal sobre quem quer aumentar mais as tarifas de resíduos sólidos. Estou para ver se o PSD mantém, agora que está na maioria, a sua posição de contenção na redução da tarifa de resíduos sólidos para não castigar os munícipes que não têm culpa nenhuma do falhanço da política ambiental deste município, que ao longo destes anos deixou cair na obsolescência o nosso sistema de gestão de resíduos sólidos, que ainda não diferencia, nem tem qualquer caminho percorrido para que venha a diferenciar no pagamento das tarifas de resíduos sólidos, quem produz muito lixo de quem não produz nenhum ou pouco.

Nada justifica esta inércia, senhoras e senhores, é possível fazer mais, muito mais em simultâneo com os investimentos do PRR.

As grandes opções do plano, descontados os investimentos PRR, ascendem, em 2026, a 23 milhões de euros. O último executivo que o PSD governou, que o PSD liderou, tinha grandes opções do plano na ordem de 13 milhões de euros. E mesmo assim os nossos amigos do PSD gabaram as concretizações que as maiorias PSD fizeram nesses mandatos com míseros 13 milhões de euros de grandes opções do plano.

Comparadas com estes 23 milhões de euros de grandes opções do plano descontados os investimentos PRR, porque há mais vida para além do PRR, na Câmara estávamos à espera de ver mais do que uma mera transição de poder entre Campolargo e Rui Dias, neste orçamento. E a verdade é que havendo mais vida para além do PRR, o PS indicou prioridades que julgamos deviam ser assumidas e correspondem às principais preocupações das pessoas: habitação, saúde e educação.

Na habitação defendemos há muito, e esperávamos mudanças, defendemos há muito a revisão da Estratégia Local de Habitação para que ela sirva para mais do que habitação social. É urgente o recurso a todos os instrumentos, tanto financeiros, como, no que diz respeito à forma como a câmara funciona, para garantir o acesso generalizado às classes médias à habitação digna a preços comportáveis. Não vislumbramos nesta proposta medidas concretas a esse respeito.

Na educação, propusemos a oferta de manuais de apoio a todos os alunos de todos os ciclos de ensino, porque esta medida alivia o orçamento de todas as famílias, para além do apoio às famílias carenciadas. Nós entendemos que este apoio deve ser estendido a todas as famílias, porque apoia a diminuição dos seus gastos com educação. E consideramos que isso é essencial. Consideramos que é essencial que a Câmara dê um contributo na diminuição das despesas familiares com a educação das nossas crianças. Há quem diga que as famílias que não têm escalão A e B não precisam da oferta de manuais, não precisam do apoio da Câmara. Nós consideramos que a generalidade das famílias de Ílhavo não é rica, que veria com bons olhos, que aceitaria com bom agrado este apoio, porque, se não tem escalão, não quer dizer que seja rico. E na assembleia municipal já verificámos a insensibilidade social do PSD de considerar que quem tem uma casa é rico a este nível, quem não tem escalão A, nem escalão B é rico e não precisa da Câmara para nada. Nós entendemos que não. Entendemos que precisam, entendemos que é uma medida essencial e que garante educação tendencialmente gratuita, um princípio constitucional para todos.

Por outro lado, há quem diga que estes manuais são material acessório, porque o Ministério da Educação não o considera essencial. Nós defendemos para os estudantes de Ílhavo uma educação para lá dos recursos mínimos e pensávamos que o PSD, como tanto propagandeou na campanha, também queria níveis superiores de educação para as nossas crianças.

No que diz respeito à saúde, propusemos a criação de um gabinete de medicina dentária nos centros de saúde, porque consideramos que a desigualdade no acesso a cuidados de saúde dentária é evidente. É evidente em todo o país e Ílhavo não é exceção. Não é preciso um pretense projeto piloto para descobrir o que todos já sabem. A criação do gabinete de medicina dentária nos centros de saúde, de acesso universal gratuito, mediante encaminhamento pelo médico de família, é uma solução implementada em muitos municípios e que garante igualdade de acesso à saúde pública e universal de qualidade para todos, numa

área médica altamente deficitária. Ao invés de transferirmos recursos municipais para privados, como defende o PSD com o cheque dentista.

Estas são algumas das propostas que colocavam a Câmara ao serviço do reforço da coesão social. Foram ignoradas pelo PSD que optou por vincar divergências, ao invés de construir as prometidas convergências. Este não é, portanto, um orçamento que mereça a mínima adesão do Partido Socialista. Muito obrigado.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer':

«Boa noite, senhor Presidente e restante mesa. Boa noite ao Executivo. Boa noite a todos os Deputados.

Nesta primeira intervenção farei oito questões muito diretas e objetivas que gostaria de ver satisfeita a minha curiosidade, pois dela vai depender o meu sentido de voto.

Primeiro, prende-se com o cumprimento da Lei dos Compromissos por parte da Câmara Municipal. A Lei dos Compromissos obriga a que a Câmara só pode executar uma despesa depois de garantir os fundos dos compromissos que estão já previamente assumidos. Essa vai ser a política? Eu sei que não é obrigatório, mas essa será a política seguida por este Executivo ou qual será?

Outra das questões. Estamos em janeiro, qual será o saldo de gerência previsível para este ano? Já foi um tema abordado anteriormente. Este orçamento, esta proposta, apresenta-nos uma subida de quase 20% na receita dos resíduos sólidos urbanos. O que é que explica esta subida? O aumento de consumo de água ou o aumento do tarifário? Estão previstos no orçamento 5 milhões e meio de euros que não têm financiamento definido. Qual é a fonte de financiamento prevista pela Câmara para estes montantes? Não acha este Executivo que a requalificação, a não inscrição de qualquer verba para a requalificação da piscina da Gafanha de Nazaré se pode converter num erro e num problema grave, uma vez que, como sabemos, o seu estado de degradação é grande e necessita de intervenção tão breve quanto possível? A mesma coisa se aplica à solução para a Ponte da Vista Alegre, onde não é possível o acesso a esta margem da Ria.

E por fim, para finalizar o Masterplan da Gafanha da Nazaré. Sobre ele, nada aparece na proposta. Gostaria de saber aquilo que este Executivo tem pensado para esta obra ou para este conjunto de obras. Muito obrigado.»

Rui Rufino, Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer':

«Boa noite a todos. Cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, restantes membros da Assembleia, estimado público aqui presente e em suas casas.

Este é um orçamento e umas grandes opções do plano que praticamente se esgota nas nossas obras, nas obras do Unir Para Fazer, no âmbito do PRR. Escolas, centros de saúde, habitação. Não há nada de significativamente relevante para lá disto. E as limitações assumidas acabam por evidenciar o reconhecimento de que o programa da AD não era realista, nem adequado ao contexto em que sabiam que teriam de governar.

Os compromissos inerentes a estas grandes obras eram do conhecimento de todos e tinham a aprovação de todos os partidos. É do conhecimento público que havia necessidade, neste ano, de fazer um grande investimento dos fundos da própria câmara nas grandes obras que estávamos a fazer. Aliás, nós estávamos sempre a afirmar isto. A oposição é que dizia que o Executivo do Unir Para Fazer não estava a fazer nada, sugerindo que só observava, quase que só observava. Afinal, parece que é preciso trabalhar, tomar opções, superar constrangimentos, tirar arte e engenho para levar as coisas a bom porto. Portanto, para 2026 temos um orçamento assente nas nossas obras e ainda bem que é assim.

No entanto, é curto para o que prometiam, para o que reclamavam, para as expectativas que criaram. Pelos vistos, não vivíamos num marasmo, mas numa dinâmica transformadora que já ninguém consegue parar, que tem de ser prioridade e tem de ser bem concluída. Bom, mas vamos então ver o que está e o que não está neste documento sobre as grandes opções do plano.

E para começar, confirmamos que estamos no ano municipal da educação. Não sei se já tinham reparado, se já tinham sentido no ar o ano municipal da educação. A este propósito, eu gostaria de saber, para além da conclusão das escolas que estão a ser reabilitadas, o que é que vai haver de relevante no âmbito da celebração deste ano dedicado à educação. O que é que vai haver de novo, de diferente, de indiscutivelmente associado ao ano municipal de educação? O que é que vai suceder e que não sucederia, não se realizaria se não fosse estarmos no ano municipal de educação. É que parece que a montanha está a parir um rato, pois assim, à primeira vista, não se encontra assim nada de extraordinário. Porém, se

estamos errados, peço ao senhor Presidente que nos esclareça. A sensação que fica é que isto é apenas um título ou um slogan, sem nada mais de relevante que as nossas obras de reabilitação das escolas, a que foi dada prioridade. E bem. Estamos inteiramente de acordo com essa opção. Mas isso nada tem a ver com a instituição de um ano municipal de educação. É difícil perceber neste orçamento que opções de investimento vão ser feitas para lá das nossas obras. Claro, não se explicita, não se detalha. Os maiores montantes vão para outros. Por exemplo, qual vai ser a política cultural deste executivo? Vão continuar a apostar numa cultura mais nossa? Os projetos de comunidade vão ser continuados? Em que é que vai consistir o programa Praia? Este programa vai promover e apoiar os artistas locais? Se fosse possível, eu gostaria que explicitassem um pouco mais o vosso programa cultural.

Uma das vossas propostas da campanha eleitoral, e que está mencionada nestas grandes opções do plano, é a dos provedores municipais. Mas aqui também há muito para esclarecer. Que funções vão ter estes provedores? Vão ser remunerados? Qual o critério de seleção que vai presidir à escolha de cada um deles? Já estão identificados? E algo muito importante... vão estar ligados e dependentes da Câmara Municipal ou da Assembleia Municipal? É que eu lembro que no anterior mandato o provedor proposto pelo Unir Para Fazer foi chumbado pela oposição apenas por ficar dependente da Câmara Municipal e não da Assembleia Municipal. Portanto, como vai ser definido agora? Vão ser coerentes com aquilo que foi defendido na altura?

Por último, três propostas que estão mencionadas, ou melhor, duas estão explícitas nas grandes opções do plano e uma não está, mas foi mencionada com grande destaque na reunião que fizemos ao abrigo do direito de oposição. E também tinha aqui uma pergunta ou duas sobre cada uma delas, a ver se era possível nos esclarecer melhor sobre isto.

A primeira diz respeito à videovigilância. Embora não esteja explícito no orçamento, foi aquilo que o senhor Presidente mais destacou na reunião ao abrigo do direito da oposição. Então eu pergunto se esta ideia é para ser efetivamente posta em prática, em que locais e se ela se justifica verdadeiramente. Caso seja para avançar, pergunto se já se fizeram ou estão a ser feitos ou vão ser feitos estudos que justifiquem a implementação desta medida. O município não pode ser gerido com base em intuições, conversas de rua ou de café ou abaixo-assinados. Pelo que eu pergunto, há um parecer das autoridades que defenda e justifique a opção da videovigilância?

Segundo a proposta, eu também tenho uma pergunta para fazer: a escola de pais municipal. Há a indicação de que esta escola é centrada na parentalidade positiva, na saúde emocional e no apoio à aprendizagem. Ora, isto é muito vago. E eu gostaria de perceber melhor em que é que vai consistir esta escola de pais municipal e qual é o objetivo que preside à sua implementação, se fosse possível.

Finalmente, o programa Viver Melhor no Trabalho é apresentado como pretende promover a saúde mental e o apoio psicológico, a ergonomia e prevenção de lesões, a literacia financeira, fiscal e tecnológica. E por último, incidindo também nas atividades bem-estar e no programa das pausas ativas. Também gostaria que esclarecessem melhor este projeto e saber se ele vai ser dirigido apenas ao funcionário enquanto profissional ou se tem a ambição de também contribuir para o desenvolvimento de uma dimensão mais pessoal para lá do trabalho. Era isto para já.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos ‘Unir Para Fazer’:

«Boa noite, senhor Presidente da Mesa, restantes membros. Senhor Presidente da Câmara, Dr. Rui Dias e restantes Vereadores. Caros colegas.

O que me traz aqui não é continuar a esmiuçar os valores contidos no orçamento, nem as suas opções contabilísticas, dado que aqui os meus colegas de bancada já o fizeram de forma exemplar. Esperamos é que as respostas sejam tão claras como as perguntas que foram realizadas.

Eu gostaria de olhar para este orçamento e para os seus argumentos, mas num contexto meramente político.

Como primeiro ponto, a data da apresentação do mesmo nesta Assembleia. Em 20 de janeiro, estamos a avaliar um orçamento que deveria já estar em vigor. Ou seja, quase 1/12 avos já passou.

Não encontro em nenhum mandato, pelo menos desde 2005, que é a data das atas mais antigas da Assembleia que temos disponíveis no nosso site, que o orçamento não tenha sido apresentado atempadamente. E quando digo atempadamente, novembro ou dezembro, conforme se encontra definido no nosso regimento.

Recordo que neste período tivemos dois mandatos do engenheiro Ribau Esteves, dois mandatos do engenheiro Fernando Caçoilo e um mandato do Dr. João Campolargo. Só por

curiosidade, já que estamos a falar em mudanças de pessoas que lideram a câmara, no primeiro mandato do engenheiro Fernando Caçoilo o orçamento foi apresentado a 19 de dezembro e o primeiro orçamento do Dr. João Campolargo foi apresentado a 17 de dezembro de 2021. A minha questão é, será que a falta de diálogo do Executivo com a oposição na célebre novela das taxas de IMI, e, já agora, a falta de diálogo não só com a oposição, mas também que os membros desta Assembleia que apoiam o Executivo, tenham influenciado este atraso? Não sei.

Gostaria também de dizer que a coluna vertebral do orçamento 2026 foi já estruturada no orçamento de 2025. A aprovação dos orçamentos plurianuais, que nós aqui fazemos, implica a assunção de compromissos, em especial de investimentos de capital, que normalmente se encontra em fases avançadas ou até mesmo já contratadas. As despesas correntes do município que absorvem elevadas quantias também são regulares e previsíveis, pelo que não seria por este ponto que só temos o orçamento apresentado aqui hoje.

Mas introduzir medidas no orçamento que revelem o cunho do novo executivo poderá ter sido o tal motivo para estar atrasado. Mas ou pela assunção que a realidade é muito diferente do que estava nos powerpoint, ou por ser impossível as executar, seja por razões operacionais ou por falta de disponibilidade financeira, que falarei de seguida.

O certo é que temos muito esforço para dar explicações no relatório deste orçamento. Mas olhando para os mapas, para os números, temos alguma dificuldade em os compreender. Trata-se de um documento um pouco confuso, em que as respostas a serem dadas aqui pelo executivo não alteram o que já dirigido. E será isto que vai ficar para a memória futura.

Estamos perante um orçamento que vai desistir de alguns projetos estruturantes. Não pretendemos que em 2026 tenha o Masterplan da Gafanha da Nazaré em implementação, nem a Ponte da Vista Alegre pronta, mas reduzir drasticamente esses valores ou quase fechar essas rubricas é dar um sinal político claro que estas duas grandes obras, por exemplo, estas, não são importantes, nem prioritárias para o nosso concelho.

Recordo o velho PSD que disse-nos aqui, em tempos, que o pensamento era "vamos para as obras, o dinheiro aparece". Os mágicos ainda cá andam, mas parece que a magia já se foi. Para cumprir este orçamento no que concerne a entradas financeiras, estamos sem saber para onde nos devemos guiar. Se pelos mais de 5,5 milhões, que é referido na página 43, como os investimentos ainda sem investimento, sem financiamento definido, se pela breve alusão, na página 98, da necessidade de nos financiarmos aqui por 11 milhões de euros. Ou pelo balanço previsional, na página 108, onde consta no passivo empréstimos obtidos por 10,525 milhões. Assim, verificamos que não está esclarecido o que pensa o executivo fazer para cumprir este orçamento essencial para a nossa análise política do documento. Sem esta definição, sendo o ano 2026 que será de tomar esta decisão, a qual terá de vir a esta Assembleia, parece-me que existe algum receio político ou falta de coragem para assumir já uma posição clara que será necessária uma contratação de um empréstimo, a saber de quanto prazo, etc.

E por fim, gostaria de enfatizar que toda a informação financeira do município foi e é pública, podendo a mesma ser mais pormenorizada se, entretanto, a solicitarmos. Este é um direito de todos. Mais ainda, refiro-me ao PSD que no mandato anterior teve vereadores no executivo e foi o maior grupo municipal desta Assembleia.

Cada vez que ouvimos queixas do atual executivo do PSD de que não conheciam a realidade financeira da Câmara Municipal de Ílhavo, isto só evidencia que não se encontravam preparados para o exercício destas funções, conforme sempre anunciaram em campanha, publicitando a elevada experiência do candidato e agora nosso presidente, Dr. Rui Dias.

Desejamos e acreditamos, volto a referir, desejamos e acreditamos que o próximo orçamento tenha um melhor percurso, logo na auscultação do direito da oposição e em todos os espaços que aqui se seguem. Assim esperamos.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do Partido Social Democrata:

«Boa noite a todos. Cumprimentar todos os presentes e também quem nos ouve lá em casa e quem está a assistir a esta sessão.

Esta sessão começou, tanto quanto nos apercebemos, com uma realidade que não parecia normal. Tivemos aqui já intervenções que apelam para o conhecimento de uma série de dados de informações. Até parece que o que está aqui em discussão é apenas um orçamento e o plano para um ano de atividade, sendo que depois há mais 3 anos de atividade.

É um ano de atividade que é assumido por nós com responsabilidade, como assumimos há 4 anos, quando aqui viemos aprovar o plano e orçamento que nos tinha sido sujeito pelo Unir Para Fazer. Viemos aqui assumir essa responsabilidade de o aprovar porque entendíamos

que era a continuação. Contrariamente ao que aqui foi dito e foi exigido, é um radicalismo total. Isto era rasgar tudo o que vinha do passado, iniciar tudo obras.

Desculpe, Sérgio, não concordo. Posições dessas não são aceitáveis. Nós temos a responsabilidade de dar continuação àquilo que vem detrás. Os planos são plurianuais. Não podemos rasgar todos os investimentos e começar novos. Não, isso não é possível.

Quanto à questão do conhecimento ou não conhecimento da realidade financeira da Câmara, nós tínhamos uma realidade. Não tínhamos, era o conhecimento do estado em que estavam as obras financiadas pelo PRR. Nós não sabíamos que as obras estavam abaixo dos 30% de execução, com quase 6 meses de prazos de execução. Ou seja, estavam a 50% do prazo para sua concretização e só tinham 30% de execução, com pagamentos reduzidíssimos, com execução financeira baixíssima e com os empreiteiros a reclamarem melhores condições para poderem continuar as obras.

E a realidade é esta: vamos ter erros, vamos ter trabalhos complementares, vamos ter que alugar novos contentores, vamos ter que fazer negociações com os empreiteiros para que eles consigam implementar as obras no tempo que é exigido, que é, como sabemos todos, agosto de 2026. E nós não sabíamos da necessidade de 11 milhões, para já, porque poderá ser muito mais, porque nós estamos - todos temos - estamos convictos que as obras vão derrapar, elas não se vão executar nos prazos previstos.

Isto tem custos, como todos sabemos. Portanto. E depois vem-se aqui perguntar ou fazer perguntas sobre a execução de propostas apresentadas pelo PSD em plena campanha eleitoral que nem sequer ainda foram esboçadas, quer dizer, ainda não foram estudadas, nem ponderadas porque não têm que ser executadas no primeiro ano.

O que foi dito é um plano, um programa para 4 anos e não um ano só. Vocês estão a exigir o máximo. Nós cá estaremos para executar. Não tenham receios que nós vamos executar aquilo que foi prometido. Estão com problemas e com algum receio de que não se execute isto, não se execute aquilo, não se pratique a regularidade, enfim, não existia a lei dos compromissos. Mas nós não vamos cumprir a lei dos compromissos?! Era o que faltava.

Nós sempre exigimos nesta assembleia o cumprimento da lei dos compromissos. Bem, parece-me um pouco irrisório, quer dizer, se vem já o programa cultural, mas a câmara está instalada há cerca de 2 meses e já querem o programa eleitoral para 4 anos. Bem, eu só exijo, quer dizer, que haja alguma responsabilidade por parte da oposição. E já agora, aguardo pelas respostas do senhor Presidente para depois ter uma intervenção mais coerente. Até já.»

Matilde Ferreira, Grupo Municipal do Partido Social Democrata:

«Começava por cumprimentar a Mesa da Assembleia na pessoa do senhor presidente Paulo Pinto Santos. E Executivo Municipal na pessoa do senhor Presidente da Câmara, Dr. Rui Dias. Cumprimento igualmente todas as Deputadas e Deputados aqui presentes, assim como os cidadãos que acompanham esta sessão.

Gostaria desde já de saudar o Executivo Municipal pela apresentação das Grandes Opções do Plano para 2026. Um documento que revela uma visão clara para o nosso concelho e que traduz uma aposta consciente num futuro, assente no modo que nos convoca por um futuro maior.

Permitam-me ainda uma breve nota pessoal. Enquanto deputada municipal jovem, sendo também a deputada mais jovem da história do poder local democrático neste concelho, tenho o privilégio de fazer a minha primeira intervenção num ano particularmente simbólico em que celebramos os 50 anos do poder local democrático. Esta coincidência reforça, a meu ver, a importância de continuarmos a aproximar as novas gerações da vida pública, da participação cívica e das instituições democráticas. E é precisamente a partir desta perspetiva que não posso deixar de valorizar, desde logo, as iniciativas constantes neste documento nas áreas da juventude e da educação, que considero absolutamente estruturantes para o futuro do nosso território.

Destacaria, em particular, a criação de um programa para educação para a cidadania, dirigido aos alunos do 9.º e 12.º ano, permitindo-lhes conhecer de forma mais próxima o funcionamento dos órgãos autárquicos e dos serviços municipais. Trata-se de uma medida com elevado potencial para reforçar a literacia cívica, a participação democrática e contribuir para reduzir a perceção de distanciamento face à política e às instituições.

Neste sentido, gostaria de questionar o senhor Presidente sobre como é que está prevista a operacionalização deste programa, nomeadamente de que forma será articulado com os agrupamentos de escolas e com os docentes, que tipo de atividades estão previstas, como visitas aos órgãos autárquicos, sessões de trabalho ou experiências práticas de participação, e como será avaliado o impacto desta medida ao longo do tempo.

Ainda no domínio da juventude, está prevista a elaboração de um Plano Municipal da Juventude. Atendendo à importância estratégica deste tipo de instrumento, gostaria de perceber quais as linhas orientadoras que estão a ser equacionadas e de que forma os jovens do concelho estão a ser, ou poderão vir a ser, envolvidos na construção do mesmo, garantindo que este plano reflita efetivamente as suas expectativas, necessidades e projetos de vida. Importa também destacar o facto de 2026 ser assumido como o Ano Municipal da Educação, uma decisão que demonstra uma aposta clara na formação, no conhecimento e na igualdade de oportunidades, valores centrais e essenciais para o desenvolvimento sustentado do nosso território. A incorporação de programas como o Steam merece igualmente destaque na forma como procura aproximar os jovens, não só da ciência, da tecnologia e da inovação, mas também da criatividade.

Pergunto, por isso, senhor Presidente, como está prevista a concretização prática deste Ano Municipal da Educação e de que forma será assegurada a articulação entre as várias iniciativas propostas neste plano.

No eixo do planeamento, identidade e cultura, permitam-me ainda destacar uma medida que prevê a plantação de uma árvore por cada criança que nasce no nosso concelho.

Para além do seu valor ambiental, trata-se de uma iniciativa com um forte significado simbólico e intergeracional, que traduz muito bem a ideia de semear hoje para colher amanhã. Gostaria de saber se já está definido o enquadramento territorial desta ação, nomeadamente o local de plantação ou locais de plantação e a lógica de distribuição pelas diferentes freguesias.

Por fim, solicitava apenas um esclarecimento relativamente à criação dos provedores municipais, nomeadamente quanto aos seus objetivos, funções, critérios de seleção e à forma como esta figura poderá contribuir para uma resposta mais próxima, eficaz e humanizada às necessidades da população. Termino reforçando que as Grandes Opções do Plano refletem uma visão ambiciosa e responsável para Ílhavo e demonstram a vontade política de responder aos desafios do presente e do futuro.

As questões que aqui deixo pretendem apenas contribuir para uma melhor compreensão e concretização das medidas apresentadas, reforçando o papel do poder local democrático e ajudando a construir em conjunto um concelho com um futuro maior. Muito obrigado.»

António Pinho, Grupo Municipal do partido Centro Democrático Social:

«Boa noite a todos. Presidente, Mesa, Secretários, Vereadores.

Bem, eu queria dar início a esta minha intervenção dizendo uma coisa que me parece relativamente, enfim, de bom senso, que é este Orçamento, este Plano e Orçamento e a sua execução, é um plano que está altamente condicionado pelos compromissos que foram feitos no passado.

Portanto, não há grande hipótese de fugir àquilo que estava aqui a dizer o PS e o Unir Para Fazer, de que não há grandes obras em 2026. É evidente que não pode haver grandes obras quando os compromissos estão assumidos e têm que ser executados até ao final de 2026. Já estão comprometidos num valor enorme.

E, portanto, e sobre isso não pode haver, tendo em conta que este mandato de 2026 até 2029, o olhar para aquilo que vai ser feito, é olhar para o plano. E o plano não pode estar, e não está, muito detalhado em termos de quando é que se vai fazer isto, quando é que se vai fazer aquilo. Mas o que é que está lá feito, o que é que está dito que vai ser feito. É uma coisa que tem que ser feito, que não é porque a obra que vai ser feita em 2026 vem do Executivo anterior, ela tem que ser executada, e está ali marcada, porque ela tem que acabar em 2026. É de 2021 a 2025. O Executivo podia ter executado mais do que o executou. Não executou, não executou quase nada. E o grande exercício que fez, mas está aqui, não vou estar a pegar em papéis, não vale a pena. Depois entramos aqui em alguma perda de tempo a pegar em números. Toda a gente conhece, foi uma redução da dívida. E essa dívida foi reduzida, mas não foi investida, foi reduzida, desapareceu. O dinheiro não foi gasto, foi a dívida que diminuiu, mas não transitou para obra. É o que está aqui, o que tem aqui. Podem estar a rir à vontade, mas isto não tem vontade nenhuma de rir porque são dados que estão em todo lado. Portanto, dito isto, o Plano de 2026 está condicionado àquilo que é possível ter, a não ser, e também está nas Grandes Opções do Plano a contratação de uma dívida.

Pois claro, não há nenhum problema. Portanto, este Executivo vai ter que se endividar. É assim que isto funciona. Tendo em conta que as receitas próprias são dos impostos, das duas uma, ou se aumentam os impostos ou se vai contrair uma dívida. Não há outra maneira. Isto é como se fosse uma empresa, não tem grande diferença.

Depois podemos ter algumas divergências pessoais sobre, como dizia o Sérgio, que os manuais escolares deviam ser distribuídos gratuitamente para toda a gente. Eu discordo, sempre discordei, acho que não.

Acho que quem precisa de manuais e deve ter de borla, quem não precisa deve-os pagar. Eu próprio acho que os devo pagar, devia pagar. Sempre achei que devia pagar e não tinha algumas dificuldades em não os pagar ou ir buscá-los sem os pagar ou ir comprá-los.

Depois há a questão dos resíduos. É uma boa pergunta. Sempre estive ligada, e às vezes não é bom sinal, a recolha dos resíduos ao consumo de água. É assim quase todo o lado. E não é justo. Não é justo porque uma pessoa, até como a questão da reciclagem, por exemplo, uma pessoa que recicle muito, faça muita reciclagem, não é melhor cidadão que outra. Pode ser uma pessoa que faça um consumo mais moderado e umas melhores escolhas no comércio local e, portanto, não tem resíduos, não tem papel, não tem plásticos.

Porquê? Porque tem outro tipo, a ideia de que quem recicla muito é um gajo espetacular. Não é verdade. Pode não ser, pode ser ou pode não ser. Depende das opções que tem na sua vida pessoal. Por isso é que receber dinheiro para reciclar ou pagar para reciclar é matéria muito discutível em todo o mundo. O mais simples é meter toda a gente a pagar.

Há países que entendem que só deve pagar quem coloca mais lixo no ecoponto, o que leva a que um consumo, um tipo de consumo desajustado às questões ambientais, leva que eu tenha mais resíduos e, portanto, eu ficaria a ser beneficiado pelo facto de reciclar mais. Reciclagem é o último ponto de uma matéria ambiental e de um comportamento responsável. Reciclar é a última fase, é a última, quando não se pode fazer mais, recicla-se. O que é preciso é reduzir e reutilizar. Isto é uma matéria da qual eu estou perfeitamente à vontade para poder falar e, portanto, não tenho grande dúvida sobre isto.

A indexação dos resíduos sólidos ao consumo de água. A pergunta, eu acho que é uma pergunta interessante que espero que o senhor Presidente responda.

Se o aumento da taxa de resíduos vem do aumento do consumo de água ou se vem de outra situação qualquer, de haver mais resíduos ou porque aumentaram o contrato. Não faço ideia o que é que levou a que, e por isso é que estamos aqui num clima de abertura que deve ser, não estamos aqui para julgar ninguém, estamos aqui para perguntar, para ter respostas, não estamos aqui neste lado da Assembleia Municipal para depois não virem dizer que há dois, como já ouvi dizer, que há dois PSDs e daqui a bocado há cinco CDS com duas pessoas aqui dentro. Também pode haver, mas não é para isso que estamos aqui. Nós estamos aqui para encontrar soluções, para encontrar perguntas que já temos, para termos respostas do Executivo.

E eu queria deixar aqui a minha mensagem de que me parece que dentro deste orçamento das Grandes Opções do Plano que está um bocado constrangido àquilo que se falou que vai ser preciso fazer um empréstimo, etc., que há algumas situações que me parecem que podem ser simbólicas do ponto de vista de custo, mas de grande impacto para os Ilhavenses e para e para o Município, como interligação com o município de Aveiro, e fiz algumas contas, é um custo relativamente baixo, que era finalmente que se conseguissem unir e acabar as ciclovias intermináveis que começaram já há muito tempo, já não é deste Executivo, já não é o anterior, já vem há muito tempo, que não se finalizaram e que seria e que é uma maneira de fortalecer o compromisso com a mobilidade suave, de baixo custo. Se elas existissem fechadas e, portanto, em contínuo até à Praia da Barra, da Costa Nava e Gafanha da Nazaré e pelo menos até São Salvador, permitiria que houvesse menos constrangimento da parte do trânsito automóvel e, portanto, uma ida para as praias de uma maneira mais simples.

Por último, que também não está em sítio nenhum, que fosse introduzido um imposto turístico que não tem. Eu sei que não temos muitos hotéis, não temos, mas temos outras formas de o poder introduzir através dos restaurantes, bares, estacionamento, etc., que é uma fonte de receita justa que não se aplica aos munícipes de Ílhavo, aplica-se aos turistas, como em todo lado que pagam. Chegamos à Aveiro até para entrar no moliceiro é preciso pagar uma taxa turística e parece-me que toda a justiça é uma forma de introduzir receita. Ninguém vai deixar de ir à Costa Nova ou à Barra ou à Vista Alegre porque vai pagar um euro ou dois para ir lá. Ou 1 € no almoço é residual para quem paga, mas é impactante para quem recebe, que é o município. Portanto, não impacta nos cidadãos. Depois o modelo isso eu não sei que não pensei muito bem. Bem, eu fico por aqui porque as opções do plano estão bem claras até 2029 e, portanto, a ideia de que ao fim de 100 dias de governo já teria que estar tudo definido, é uma aberração. E além de uma aberração, é uma provocação, porque é impossível que isto tivesse definido. Porquê? Porque não há tempo. Ainda não houve tempo. Ainda agora se começou. Se o Unir Para Fazer, em 5 anos, não conseguiu executar quase nada daquilo que era o programa do PRR, aliás, como se viu, não é? Por isso é que temos este problema.

Então estar a pedir ao executivo, que temos neste momento, para já ter definido tudo e mais alguma coisa, é o que é. Um abraço.»

António Pinho, Grupo Municipal do partido Centro Democrático Social:

«Muito obrigado, senhor Presidente.

Senhor Presidente, senhores Deputados, senhores membros do Executivo.

Bem, efetivamente, estamos a discutir as nossas grandes opções do plano e o nosso orçamento. Eu diria que numa bela noite, pôs-se uma bela noite, entretanto, e diria que os orçamentos não se medem aos palmos.

Portanto, não é necessariamente pela quantidade ou pelo volume do orçamento que os resultados se aferem, como é conhecido na doutrina.

Já muito foi dito sobre aquilo, sobre os documentos que estamos a analisar e sobre estas opções.

É interessante registar, a assembleia que tivemos nos últimos dias, literalmente, nos últimos dias do ano passado, eu diria que já resumiu, não é? Se tivéssemos só um parágrafo, algo curto, resumiu muito do que hoje estamos a falar aqui. Quer dizer, em condições normais, até a outra assembleia, esta seria uma só.

Portanto, nós estamos a falar de receitas e despesas. Estamos a falar, falámos na altura, o Carlos Pedro acabou de falar sobre isso, o imposto ou o empréstimo, porque na verdade é disso que se trata. O senhor Presidente, na sua apresentação, falou de compromisso, de responsabilidade, de continuidade institucional, obviamente, dos compromissos assumidos.

E nós depois ouvimos, lemos a oposição a falar em ambição, em falar, por exemplo, aqui, não apresentando novos investimentos estruturantes, nem alterações significativas face ao exercício anterior.

E depois a seguir falamos de educação, de saúde, de habitação. Ora, se estes são investimentos estruturantes e, obviamente que há mérito em quem os captou para o concelho, ora, se estes não são investimentos estruturantes, o que é que serão investimentos estruturantes? O que é que resta com este investimento? Quando nós dizemos que não há vida para lá do PRR, eu diria que quando olhamos para estes documentos, a vida não são só os grandes investimentos, não são só as grandes obras, a conservação, o acompanhamento, o tempo e o investimento dedicado às pessoas. Isso vai muito para além do que são as grandes obras. De facto, se nós ainda, no ano passado, há uns dias, recusamos meios de mais receita, ora agora clamamos por mais ambição, por mais despesa. Portanto, não é de facto, parece-me, não será compatível e que fazermos esta equação é quase impossível.

E depois uma questão, é óbvio, nós temos grandes investimentos. Tivemos, temos o PRR, temos os compromissos da nossa Câmara Municipal. Enfim, é um pouco como aquela frase feita dos almoços grátis, não é? Quer dizer, não há efetivamente almoços grátis e nós sabemos que quanto melhor e mais caro for o restaurante para onde nos convidarem a almoçar, à partida, a contrapartida que esperam de nós será maior. E é isso que nós temos. E, portanto, tudo isto é proporcional.

Só uma última nota nesta intervenção para uma área que onde mais uma vez eu acho que se se fala muito do volume e pouco da substância. É esta questão, pronto, é uma questão da minha área e que me toca particularmente, esta questão dos manuais de apoio.

Quer dizer, nós falamos dos manuais de apoio numa lógica de volume. Se damos a um nível ou a dois ou a três ou a quatro, vamos multiplicando. Ora, há uma questão pedagógica que eu não sei se é ou não contemplada nestes volumes, não é? Quer dizer, para mim faz muito mais sentido que a Câmara, a Câmara ou seja quem for, os responsáveis, aqui estamos a falar de uma Câmara Municipal, negoceie com os agrupamentos, com quem gere as escolas e os valores e as opções pedagógicas.

Nós sabemos perfeitamente, enfim, quem estudou, quem estudar, estudamos todos, que um manual de apoio tem um impacto completamente distinto num primeiro ciclo do que tem no ensino secundário, com os meios que há hoje ao dispor dos estudantes. E, portanto, falarmos de manuais de apoio só para aumentarmos o volume, não sei se é do investimento, se é da despesa, se é do desperdício, tudo isso depende do impacto, do impacto pedagógico. E esse, creio eu, não é, será avaliado pelas próprias escolas e pelas suas estruturas pedagógicas. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado, senhor Deputado. Passo a palavra ao senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, Rui Dias:

«Muito obrigado, senhor Presidente. Seguindo a ordem das intervenções dos senhores deputados, gostava, em primeiro lugar de dizer que lamento o tempo que perdi na minha primeira intervenção, porque me ficou a convicção profunda de que os senhores deputados não lhe prestaram atenção nenhuma. O que pode dizer muito acerca do nível da intervenção ou dizer muito acerca do nível da atenção que prestam aos trabalhos desta Assembleia.

Dito isto, dizer o seguinte em relação ao senhor Deputado Sérgio Lopes.

O senhor Deputado Sérgio Lopes diz que em dois meses, que é quanto levamos aqui de exercício do nosso mandato, ainda não se percebe a mudança que nós apregoamos na nossa campanha e que a transparência, a convergência e o diálogo estão ausentes da nossa postura e da nossa forma de atuar.

Lamento que o senhor Deputado Sérgio Lopes tenha este entendimento em relação à forma como atuamos, porque a nossa convicção profunda é de que nos comportamos exatamente da forma contrária. De qualquer forma, em relação ao que foi a reunião conjunta para prepararmos este orçamento, o senhor deputado diz que ela foi inédita, mas que foi útil.

Vamos admitir que foi útil e vamos admitir também que os contributos que o PS deu provavelmente não tinha expectativa que fossem acumulados todos na proposta de orçamento que trouxemos aqui. A proposta de orçamento que trouxemos aqui corresponde às linhas orientadoras das propostas que fizemos aos cidadãos de Ílhavo quando as apresentámos a sufrágio. Apesar disso, nós tentamos acomodar no nosso orçamento e nas nossas grandes opções do plano dois dos contributos do PS que tinham a ver precisamente com as fichas de apoio e o cheque dentista. O cheque dentista não... a instalação de um dentista nos centros de saúde.

Em relação às fichas de apoio, nós entendemos que apoiar todas as famílias é um absurdo. Isto porque igualdade é tratar o igual por igual e o desigual por desigual. E se nós tratamos todos por igual, estamos a promover a desigualdade. E é este o entendimento que nós temos e que vamos manter. E enquanto não tivermos a convicção profunda de que fazer o contrário, de que distribuir dinheiro por quem não precisa é um erro, nós continuaremos a manter este raciocínio.

Em relação à saúde, o senhor deputado Sérgio Lopes diz que colocar um dentista nos centros de saúde é uma necessidade evidente. Já todos sabem. Eu não sei onde é que resulta esta evidência de que todos sabem. Isso não é um critério. O critério que seguimos foi o de tentar perceber o racional do investimento que devemos fazer e por isso fizemos o cheque dentista. Vamos pôr à disposição dos nossos cidadãos que dele necessitem um determinado valor. São 10 mil euros que alocamos a esta operação. Este valor pode ser aumentado se se provar que há necessidade maior e a partir daí, dessa verificação, nós perceberemos se faz sentido num próximo orçamento avançar no sentido de colocar de facto as cadeiras de dentista nos centros de saúde.

Já tivemos a oportunidade de dizer que não temos complexos, nem preconceitos, em relação às ideias dos outros, nenhuns. Aceitamos. Não nos consideramos donos da verdade, nem donos da exclusividade das boas ideias. Nós aceitamos por boas as ideias que os outros aportem, porque sabemos não só que não somos os detentores da verdade, como também que os senhores representam pessoas que se reveem nas propostas que fizeram. Não temos nenhum preconceito em relação a isso de gerir os recursos públicos satisfazendo também essas pessoas. Agora, não satisfazemos essas pessoas com base em critérios do 'é evidente' ou 'já todos sabem', porque para nós esse não é um critério.

Não acho que há um défice de diálogo. Acho que as pessoas escolheram quem as governa para 4 anos. E diz o senhor deputado Sérgio Lopes que ainda não se percebe bem o que é que nós faremos nos 100 dias, as 100 promessas para 100 dias.

Senhor deputado Sérgio Lopes. Está enganado, tem estudado pouco. O que nós propusemos foram 24 medidas para os primeiros 100 dias. Os primeiros 100 dias serão cumpridos no dia 9 de fevereiro. No dia 9 de fevereiro, nós faremos uma apresentação pública do trabalho que desenvolvemos no sentido de cumprir integralmente as 24 medidas que constam da nossa proposta.

Aliás, deixe-me dizer-lhe também que esta é a primeira vez que esta proposta acontece, de haver alguém que se propõe nos primeiros 100 dias, normalmente destinados à tolerância com quem chega. Vocês são especialmente exigentes connosco. Isso é bom, porque entendem que nós temos mais capacidades e nós percebemos isso.

Gostamos de desafios robustos, mas os 100 dias cumprem-se no dia 9 de fevereiro. E no dia 9 de fevereiro cá estaremos para dar contas das propostas que realizámos, ou não, nos primeiros 100 dias. Mas mais... nós estabelecemos também o objetivo de instalar um

roteirómetro. Um roteirómetro é uma ferramenta que vamos aplicar no site do município que vai permitir perceber online ou em tempo real a execução material de todas as nossas propostas. Não conheço o exemplo maior de transparência e de clareza na relação com os nossos munícipes. Não me recordo, pelo menos de ter visto nos tempos em que o Partido Socialista governou a nossa câmara.

Em relação ao facto do Orçamento Participativo ter sido reduzido em 40.000 euros. Esta medida está alinhada com todo o resto da estratégia que tem a ver com o facto de termos que resolver até meados deste ano um problema que herdámos, que aceitamos, que cumpriremos com gosto, mas que não construímos e pelo qual não fomos responsáveis.

Além disso, a democracia representativa significa exatamente isto. As pessoas confiam em quem os representa, a execução das propostas com que se candidataram. E, portanto, o orçamento participativo pode ser muito interessante. É, mas por exemplo, o orçamento participativo dos últimos anos tem uma execução material inferior a 50%, e nós não vimos o Partido Socialista preocupado com o facto de as medidas que foram apoiadas no âmbito do orçamento participativo estarem quase todas elas ainda para sair do papel.

Em relação aos investimentos no centro da Gafanha da Nazaré, suponho ter sido claro na intervenção inicial que fiz, no sentido de ter dito que os investimentos nos centros cívicos do da Gafanha da Nazaré e da Gafanha da Encarnação são obras que não podemos executar este ano, mas que serão executadas nos próximos anos.

Para o deputado Sérgio Lopes, o PSD acha que quem tem uma casa é rico e quem não tem escalão é rico. Não é essa a nossa visão. A nossa visão é de que há pessoas que são pobres e de que há pessoas que têm alguma capacidade, algum desafio para suportar de forma diferente os encargos que a vida lhe coloca à frente.

Não é essa a nossa visão, mas não é também que apesar de termos tido nos últimos 25 anos 17 de governos socialistas, não somos todos indigentes ainda, e graças a Deus há pessoas que têm ainda capacidade para comprar livros e para pagar IMI de forma razoável.

Quanto aos níveis superiores de educação que esperava, eu gostava de dizer o seguinte: é a primeira vez na história da nossa autarquia que dedicaremos um ano inteiro à educação, com conteúdos construídos a muitas mãos e subscrito por todos os diretores de agrupamentos.

Apresentá-lo-emos no próximo sábado, dia 24, que é o dia internacional da educação, provavelmente sabe, estão todos convidados para estarem aqui presentes, aqui não, na Biblioteca Municipal, às 9:30 da manhã, para, na companhia dos nossos diretores de agrupamentos e de outros operadores, assistirem à apresentação pública de todo o programa que dedicaremos ao ano municipal de educação e também à assinatura de um protocolo com a Universidade Aveiro para a aplicação da educação STEAM a partir do início do próximo ano letivo.

Ao deputado Pinto Reis dizer o seguinte. Ele tem oito questões que cuja resposta depende o sentido de voto do Unir Para Fazer. Muito bem.

Quanto ao cumprimento das leis dos compromissos, como disse e bem, o cumprimento da lei dos compromissos não é obrigatório, mas nós cumpriremos integralmente as regras que estão à nossa disposição e a que temos que subordinar a nossa atividade. Não há dúvidas nenhuma em relação a isso.

Em relação ao racional da taxa RSU, dos resíduos sólidos urbanos, de facto o racional da RSU está indexado ao aumento de consumo da água. Nós não prevemos nenhum aumento de taxas de resíduos e sólidos urbanos.

Há aqui uma questão de 5 milhões de euros que eu não percebi bem, anotei mal, peço desculpa. Era a sua quinta questão. Não sei qual era. Não sei que é isto. Já lá volto. Peço desculpa.

Quanto à piscina da Gafanha da Nazaré e ao elevado estado de degradação. Enfim, o elevado estado de degradação não ocorreu nestes dois últimos meses. O elevado estado de degradação corresponde ao acumular de degradação que, não só a piscina municipal da Gafanha da Nazaré, mas um conjunto grande de equipamentos públicos está sujeito e que teremos que acudir com brevidade, com responsabilidade e com recursos financeiros nos próximos tempos. Como prometi, na próxima Assembleia Municipal, traremos aqui um relatório de todos os equipamentos, do estado físico atual de todos os equipamentos municipais, nalguns casos com relatórios de vídeo que não correspondem exatamente aos relatórios de vídeo que vimos nalguns casos no passado, mas que teremos a oportunidade de partilhar convosco para percebermos bem o estado em que recebemos a maioria dos equipamentos municipais.

Quanto ao ser possível atravessar a ponte Juncal Ancho, dizer que hoje a comissão que quisemos formar com a Universidade de Aveiro, com LNEC e com os nossos técnicos, já se

deslocou à ponte da Vista Alegre para uma primeira análise preliminar antes que comece a chover muito e voltará na próxima semana para fazer o relatório que trarei aqui, para percebermos com conhecimento técnico, com uma opinião mais informada do que a nossa, porque resulta de pessoas que têm conhecimentos técnicos em matérias de pontes e de estruturas físicas deste tipo. E qual a intervenção que precisaremos de fazer. Nós faremos a intervenção que nos for recomendado fazer por essa equipa técnica que juntámos.

Em relação à requalificação dos centros urbanos e ao master plan.

Nós temos esse compromisso da requalificação dos centros urbanos da Gafanha da Nazaré e da Gafanha da Encarnação. Como disse, não verão a luz do dia nestes tempos mais próximos. E o master plan não é um documento sagrado para nós. Nós não estamos aqui para cumprir o programa do Unir Para Fazer. Estamos aqui para cumprir o nosso programa. Foi esse que foi sufragado, foi esse que ganhou e é esse compromisso com as pessoas que nós temos. É o de realizar as propostas com que nos comprometemos. Se é possível começar já como nós gostaríamos ou ser adiado por uns tempos o seu início, isso resulta daquilo que já está mais que explicado.

Em relação ao Rui Rufino que designa as obras municipais por “as nossas obras”, eu gostava que me identificasse quais são exatamente as suas obras, Rufino, porque não há as nossas obras, nem as obras deles. Há obras municipais e as nossas obras, como dizia o outro, não são as que nós começamos, são as que nós pagamos. Essas é que são as nossas obras. Não são as obras que nós lançamos, porque lançar obras é muito fácil. Deixa-me dizer-lhe, a propósito que nós temos o compromisso, já aqui o dissemos por várias vezes, de honrar a execução das obras que herdámos. Mas eu não disse nunca que faria essas opções, que essas são as minhas opções. Eu disse que honro a herança que recebi, mas não digo que essas eram as minhas opções, que eu teria ido por aí. Portanto, escusa de lhe chamar “as minhas obras”. São as obras municipais que temos em curso. Nós herdámos estas como vocês herdaram muitas outras e nós cuidaremos bem destas como gostávamos que tivessem cuidado bem das outras, que escusávamos de gastar a fortuna que temos para gastar em manutenção de equipamentos que deviam estar devidamente acautelados. Pronto.

Quem tiver nervoso pode sair um bocadinho. Senhor presidente, se não conseguir pôr ordem na casa, tenho que pôr eu. Mas o senhor é que dirige os trabalhos.

Quanto ao ano municipal da educação ser um slogan, veremos no dia 24 se é um slogan ou não e se as vossas obras nas escolas correspondem ao que é o ano municipal da educação. Vão ter uma surpresa desagradável para vós, certamente, mas não corresponde às vossas obras. O programa cultural que temos é um programa cultural que continua a ser ambicioso, mas não passa por gastar 1 milhão de euros em festas de campanha eleitoral. Não passa. Não passa, nem neste ano, nem no quarto ano do nosso mandato. Não passa.

Passa por uma programação cultural rigorosa, alicerçada no nosso projeto 23 Milhas, que os senhores já encontraram aqui, que alimentaram bem, mas não passa por aí. Passa, de facto, por sermos rigorosos, parcimoniosos. Reduzimos em quase 50% a programação com os encargos do Festival do Bacalhau, por exemplo, numa ação que fizemos ainda hoje de manhã e continuaremos a cortar naquilo que for desnecessário, no que forem gorduras, no que forem ações que se destinem a promover o nosso caminho aqui dentro. Nós temos apenas um interesse que é satisfazer o interesse da nossa população, dos nossos municípios e não da nossa carreira ou do nosso caminho.

Em relação aos provedores, se os provedores vão ser uns comissários políticos dentro da estrutura, se vamos aqui colocar as pessoas das nossas listas que o povo não elegeu? Não, não vamos, não vamos.

Os provedores que nós temos até aqui são a abertura de procedimentos para a construção de regulamentos, que vão seguir a tramitação legal, ou seja, de discussão pública e de discussão aqui dentro desta casa, para as regras que vão definir o funcionamento desses provedores, as suas competências, a sua remuneração, o modelo da sua escolha, vão ser definidas aqui dentro desta casa onde nós não temos maioria, onde os senhores estão perfeitamente à vontade para chumbar tudo aquilo que não condiz com os vossos propósitos, as vossas ideias, as vossas orientações. Já tivemos disso nesta casa e corremos o risco de voltar a ter. Mas eu não tenho medo. Eu tenho esse compromisso de termos junto da nossa estrutura pessoas que sejam isentas, imparciais, que nos tragam do lado de fora da política um olhar diferenciado, mais atento, mais generoso.

Nós estamos dispostos a fazer isso, a construir regulamentos que submeteremos à consulta pública, que submeteremos ao escrutínio da Assembleia Municipal e que se aprovados serão a disciplina do funcionamento desses provedores. Não são ferramentas para pormos dentro da Câmara aqueles que nós não elegemos, mas que depois aparecem às vezes dentro da estrutura da Câmara Municipal. Isso connosco não acontece.

Em relação à videovigilância, deixa-me dizer-lhe o seguinte. Eu já tive a oportunidade de dizer que é uma ferramenta que está sujeita a alguma confidencialidade. Há, por exemplo, câmaras de videovigilância no concelho que o senhor não sabe onde estão, não é? E, portanto, provavelmente também não quer saber, não quer que eu lhe diga onde é que vão ficar estas câmaras.

É verdade que nós, em função de uma discussão e de um problema a que não podemos fechar os olhos, nós não podemos fazer de conta que o problema não existe. Os problemas não funcionam porque há abaixo-assinados. Os problemas existem porque há pessoas que manifestam preocupação em relação à sua existência.

Se se refere ao centro da cidade de Ílhavo e à Calçada Carlos Paião, é verdade que existe ali um problema. Agora menor, porque a casa que era a fonte dos problemas fechou e, portanto, esse problema, aparentemente, terá também acalmado um bocadinho. Entretanto, sabemos também que a GNR, de acordo com o compromisso que assumiu connosco, foi fazendo visitas mais regulares, até com cães, e que as coisas estão mais serenas, como aliás se prova pelo facto de nos últimos dias não termos tido nenhum e-mail do senhor Rui Bela, nem dos vizinhos dele. De qualquer forma, está previsto nós instalarmos iluminação pública na viela entre o Café Jardim e onde estava ali o “Carlos Alberto”. Aquela é de facto muito escura, havia lá muito mau uso e, portanto, nós vamos instalar a iluminação que é alimentada por painéis fotovoltaicos. Ainda dentro de dias teremos isso instalado.

O programa Viver Melhor no Trabalho é um programa que tem um conteúdo denso, que está alinhado com os nossos trabalhadores, que responde às suas necessidades, à vontade que têm de viver, de facto, melhor no trabalho. É um documento que foi muito discutido com as chefias, com muitos dos nossos colegas e que vai ver a luz do dia também antes do dia 9 de fevereiro, como está acordado entre nós e todos. Lamento que não consigamos fazer de facto tudo em 30 dias ou em 60, mas temos feito o possível para honrar este compromisso. E este é um compromisso que vai aparecer honrado no dia no dia 9 de fevereiro.

Quanto à crítica do Dr. Pedro Cristo, que vem dizer que o orçamento não foi apresentado atempadamente. Eu gostava de recordar que o orçamento pode ser apresentado até março, portanto eu não estou a cometer irregularidade. Os senhores impugnem-no. Agora, o facto de o orçamento ser apresentado hoje ou a semana passada ou há 15 dias não significa que não foi apresentado atempadamente. Ele não seria apresentado atempadamente se não cumprisse as regras que estão na lei. Que eu saiba, tanto quanto li da última vez, tenho a oportunidade de apresentar o orçamento até março do próximo ano. Portanto, isto não tem nada a ver com falta de diálogo sobre taxas, nem sobre a forma como as taxas foram geridas e como os senhores entenderam chumbar as taxas.

Aliás, se há sinal de transparência e de responsabilidade, está exatamente nas taxas, porque nós propusemos, de facto, um aumento da taxa e assumimos essa responsabilidade. Não arranjamos subterfúgios para dizer o que vínhamos dizer ou para fazer aquilo que queríamos fazer. Nós propusemos um aumento da taxa. É verdade. Os senhores vieram chumbá-la. É verdade. Agora, não há aqui subterfúgio, nem falta de lealdade com ninguém quando nós entendemos que o caminho que devíamos seguir era aquilo e demos a cara pelas nossas ideias sem problema nenhum. Nós temos, aliás, para além dessa apresentação pública do do balanço que faremos dos primeiros 100 dias de mandato e do cumprimento de todos os nossos propósitos para esses 100 dias, temos também o roteirómetro, como vos disse, que vai estar disponível dentro do mesmo prazo e que vai ser uma ferramenta de transparência, onde Vossa Excelência vai poder já a partir do próximo dia 9, sem andar a consultar as atas todas, que é uma chatice vir consultar atas para vir aqui interpelar a assembleia ou dizer-se que eu não conhecia a realidade financeira do município e que não estava preparado.

Enfim, parece-me, um excesso de linguagem que eu vou relativizar. De facto, nós não temos uma surpresa. Nós temos uma constatação. Nós fizemos isto várias vezes. Nós temos um plano, um programa, não dissemos que o íamos executar todo nos primeiros 15 dias do mandato. Nós dissemos que íamos executar o nosso programa em 4 anos. E, portanto, há um tempo para executar ainda e para pagar as responsabilidades que aqui encontrámos. E há um tempo para começar a realizar as obras, que têm uma dimensão financeira maior no nosso programa porque há ações que não têm dimensão financeira, tem uma dimensão imaterial onde nós podemos já começar a trabalhar ou têm uma dimensão financeira mais modesta, mais reduzida, onde também podemos começar a trabalhar. Portanto, nós queremos é colar as peças todas para que no fim do nosso mandato, quando nós formos julgados pelo que fizemos em quatro anos, e não em 2 meses, as pessoas possam perceber se nós fomos ou não leais e transparentes com elas. Porque o povo não tem razão só quando nos escolhe a nós. O povo também tem razão quando nos põe na rua.

Em relação, enfim, às intervenções do PSD e da AD, o Flor Agostinho disse o óbvio.

São muitos anos de experiência nesta casa e permitem-lhe, com facilidade, perceber isto que acabei de dizer, que nós temos um programa para cumprir em 4 anos e não em 4 horas, nem em 4 dias, nem em 4 semanas, nem em 4 meses.

E, portanto, é exatamente isso, Flor Agostinho, que se passa. Nós temos os nossos compromissos, as nossas responsabilidades e vamos honrá-las, como é habitual em nós.

Matilde, pelo contrário, traz aqui a juventude, veio aqui invocar a sua qualidade de mais jovem deputada de sempre. E percebe-se também isso no discurso da Matilde, porque vem aqui sem mágoas, sem ressentimentos, com um pensamento claro, lúcido, que é muito saudável de perceber aqui na Assembleia Municipal.

Em relação à juventude e à educação, Matilde, dizer que os conselhos municipais da juventude e da educação, que vão reunir em breve, quer um, quer outro, vão pronunciar-se sobre as nossas estratégias, quer para a educação, quer para a juventude. Nós temos esse programa para o ano municipal da educação já composto, globalmente composto, mas o teor desse documento é dinâmico, é aberto, é permeável à introdução de novas sugestões desde que feitas da forma correta e pelos meios adequados. Portanto, nós, como já disse, não temos nem complexos, nem preconceitos em relação à admissão de propostas vindas de quem vierem, sejam dentro do Conselho Municipal da Juventude, da Educação, do lado da AD, sejam dos outros lados que vierem, nós estamos sempre disponíveis para acolher as boas ideias.

Em relação à árvore que vamos plantar por cada criança que nasça no concelho. O primeiro parque vai ser instalado aqui, em São Salvador, vai ser instalado junto à RiaStone, numa parcela que vamos ainda permutar. Estaremos amanhã em Lisboa. Vou ver se consigo fechar isto também. Nós temos que fazer uma permuta de terrenos para entregar à RiaStone para ela fazer a ampliação da sua unidade, e este terreno, que vamos entregar à RiaStone, tem duas parcelas. Quer dizer, tem uma um terreno relativamente grande, tem 6,9 ha, mas dos 6,9 ha só 3,5 é que são edificáveis. Os outros 3,5 não são, são área de proteção e, portanto, nós ficaremos com essa área de proteção com 35.000 m², são 3,5 ha.

É nesses 3,5 há, ali paralelo à pista ciclável da Estrada Florestal, que vai da Teka para o Carmo, do lado esquerdo, será aí o nosso primeiro parque, para instalarmos o primeiro parque de árvores dedicados às crianças. Às crianças, não, a celebrar o nascimento das crianças no nosso concelho.

Em relação às intervenções do António Pinho e do Carlos Pedro, registar apenas essa lucidez que a experiência traz e que sublinha bem este compromisso com a responsabilidade que nós temos de fazer bem aquilo que nos foi confiado fazer. Muito obrigado a todos.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Obrigado, senhor Presidente. Vamos abrir a segunda ronda de intervenções.

Portanto, Partido Socialista, temos o Sérgio Lopes. Do Unir Para Fazer. Não há nenhuma intervenção? Sim. Pedro Cristo, Rui Rufino e Graça Oliveira. Depois, do PSD temos a Margarida, o Flor Agostinho. Do CDS, António Pinho. Do Chega? Não tem.

Muito bem. Então vamos começar pelo deputado Sérgio Lopes, por favor.»

Sérgio Lopes, Grupo Municipal do Partido Socialista:

«Obrigado, senhor Presidente.

Senhor presidente da Câmara, para mim a questão do tempo de entrega do orçamento não é um assunto. Ainda assim ousava corrigi-lo, porque o prazo que tem é 2 de fevereiro e não março. E entre 2 de fevereiro e março é um mês. Mas cá estamos a 20. Portanto, cumpriu porque o prazo são 90 dias depois da tomada de posse e, portanto, o prazo era 2 de fevereiro. Não o sabia tão sensível a figuras de estilo quando referi as 100 medidas que o senhor presidente prometeu na campanha. Eu não as contei, como deve calcular, portanto, sei-o um homem que gosta da língua portuguesa e, portanto, calculava que tivesse a sensibilidade para perceber que eu estava a recorrer a uma figura de estilo, que não estava a ser literal, Mas da próxima vez vou ter em conta e vou alertá-lo quando estiver a ser irónico ou quando estiver a recorrer a uma metáfora. Vou ter isso em conta que é para não nos chatearmos, porque já percebi que os ânimos se exaltam por aí, por essas bandas. Não se deixe contagiar. Não se deixe contagiar, senhor presidente.

Nós estamos disponíveis para o diálogo e vou dizer isto as vezes que forem precisas, por mais que se cansem de nos ouvir. E também estamos disponíveis para o debate sério, como as mentes que estejam de boa-fé e nos hão de fazer justiça. Portanto, nós não afirmamos em momento algum que o PSD devia ser irresponsável e malbaratar os compromissos assumidos

pelo município, parar as obras, mandar parar as máquinas e usar os 23 milhões de euros que sobravam das grandes opções do plano se as máquinas parassem para fazer outras coisas. Em momento algum o Partido Socialista defendeu isso e, portanto, não é sério construir um argumento em cima dessa presunção, que é uma presunção falsa. Aquilo que nós dissemos foi que o cumprimento dos compromissos que o município tem assumidos não impede que o PSD honre o seu compromisso de mudança com os eleitores.

Nós estamos disponíveis para o diálogo e um diálogo profícuo exige debate sério. Todas as intervenções são legítimas. Da nossa parte, nunca nos ouvirão qualificar argumentos. Vamos sempre debater argumentos, os nossos e os dos outros. Vamos escutar-nos a qualificações dos argumentos dos outros. Nunca nos ouvirão dizer que determinada intervenção é aberrante, que determinada intervenção é inaceitável, porque isso desqualifica a democracia. Senhor presidente... não foi o senhor Presidente.

As metas para 100 dias e para o mandato não foram definidas pelo Partido Socialista, foram definidas pelo PSD. E nós cá estamos para fiscalizar e para contribuir com as nossas humildes sugestões para qualificar aquilo que for preciso qualificar no que diz respeito à ação do município.

E se é verdade que ainda só estamos no primeiro ano, também é verdade que o primeiro ano conta e que este orçamento tem descontados os investimentos PRR, uma margem no que diz respeito às grandes opções do plano de 23 milhões de euros, em que é possível o PSD em 2026, no primeiro mandato do ano, mostrar ao que vem.

O plano e orçamento não demonstra isso. Pode ser que a prática o demonstre. O documento que aqui estamos não demonstra que o PSD tem previsto começar a deixar a sua marca e honrar o compromisso de mudança com os eleitores. E a informação plurianual aqui referida também não demonstra. O exemplo do centro da Gafanha da Nazaré é evidente, 0 € em 27, 28 e 29. Portanto, se não vai ser feito nada em 2026, e até podíamos compreender que não será, aquilo que o orçamento nos mostra é que também não está previsto fazer nada no restante do mandato. E nós só podemos guiar as nossas posições sobre este documento em função daquilo que está no documento. Depois, por outro lado, em relação às propostas do Partido Socialista, manuais de apoio que o PS defende que devem ser oferecidos a todos os alunos de todos os ciclos de ensino, de acordo com indicação dada pelos agrupamentos, naturalmente, que comunicariam à Câmara, naturalmente, que disciplinas e que manuais indicam os professores, como metodologia que privilegiasse a aquisição nos livreiros locais, garante universalidade e percurso de gratuidade tendencial no acesso ao ensino, que é um princípio constitucional ao qual a Câmara daria um humilde contributo, e garante, naturalmente, a legitimidade da decisão pedagógica de quem tem que a tomar. Não seria o presidente da Câmara a decidir que manuais de apoio seriam aplicados e se seriam aplicados, porque pode haver professores que não querem usar manuais de apoio e aí não seriam naturalmente oferecidos manuais de apoio. A decisão pedagógica, naturalmente, não seria tomada nem pelo senhor Presidente da Câmara, nem pela senhora vereadora com o pelouro atribuído.

Gabinete de Medicina dentária. A Ordem dos Médicos Dentistas diz-nos, no relatório sobre saúde oral de 2025, que metade dos portugueses tem falta de dentes e que quase 40% dos portugueses não vão ao dentista uma única vez num ano. Eu presumo que não é abusivo extrapolar estes dados nacionais para a realidade do concelho e constatarmos que a Câmara Municipal pode dar um contributo na resolução deste flagelo. Não vou, não vou continuar o debate sobre a virtualidade destas medidas, porque esse debate devia ter acontecido no contexto do diálogo entre as forças políticas, entre a maioria no executivo e as forças políticas da oposição, no caso o Partido Socialista, para construirmos soluções que garantissem viabilidade política a esta proposta. Esse diálogo não aconteceu. Foi uma opção do senhor presidente enquanto líder da maioria.

O senhor presidente diz que o orçamento tem que refletir as opções da maioria. É verdade que sim, ninguém lhe nega essa legitimidade, mas os eleitores, para além de lhe atribuírem maioria, atribuíram-lhe uma maioria relativa que o obriga a dialogar com a oposição para construir propostas politicamente viáveis.

Infelizmente, a opção do PSD não foi a da convergência. Foi a de vincar as divergências. Lamentamos e esperamos que algum dia se materialize uma nova forma de fazer política, condizente com as declarações do senhor presidente da Câmara na noite do dia 12 de outubro de que se esforçaria por construir convergências que permitissem uma governação que respeitasse a vontade dos eleitores.

Portanto, concluindo, este não é um orçamento, repetimos, que mereça a mínima adesão do Partido Socialista. Em circunstâncias normais, votaríamos contra. Não é, o orçamento do PS, não enceta qualquer convergência que justifique a viabilização da nossa parte. É um

orçamento que se limita a fazer a transição de poder entre João Campolargo e Rui Dias. Ainda assim, o superior interesse do município prevalece na formulação da nossa posição e, portanto, este ano o PS contribui para a viabilização do orçamento exclusivamente para que se concluírem as requalificações das escolas, dos centros de saúde e a construção da habitação social. Não será, portanto, por não haver orçamento, mesmo que um mau orçamento, que os investimentos PRR não se concretizarão. Muito obrigado.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos ‘Unir Para Fazer’:

«Ora, boa noite, mais uma vez. Só respondendo ao senhor presidente.

Claro que o tempo para um advogado é exatamente na data limite. Até se calhar ainda se tiver uma multazinha ainda consegue pagar mais a seguir, mas para quem gere devia estar o orçamento pronto para 1 de janeiro estar a funcionar. É assim um gestor, não um advogado. Eu gostaria só de fazer referência que o senhor presidente ficou um bocadinho incomodado com a minha referência à sua eventual impreparação. O senhor presidente relevou essa minha e eu agradeço, mas foi deficiência da minha formação que tive aqui nesta assembleia, porque se calhar, senhor presidente, acusou-me aqui de andar atrás das atas. Depois, se calhar até é bom. Eu muitas vezes vou ver o que eu disse antes para depois não andar por aqui aos saltos. Eu gostaria de dizer aquilo que disse do PSD. Só fis referência, só umas linhas, só para nós não estarmos aqui muito incomodados, mas é só para dizer que na intervenção do PSD na Assembleia de há 4 anos, dizia aquilo que dizia o Hugo, nós não temos aqui grande inovação, nada de grande arrojo, nada que possa envaidecer os ilhavenses.

Reconhecemos perfeitamente que não é fácil em dois meses, mas nós sempre pensámos que a equipa estava preparada, que havia ideias, tal e qual como disse quando fui rival, que nós estávamos preparados. Também, infelizmente, aquilo que aqui temos, aquilo que temos que fazer, temos que dar o benefício da dúvida ao executivo.

Reconhecemos que há aqui impreparação e desconhecimento de alguns dossiers e da realidade. A sensação que fico é que isto é um elogio. É um elogio do PSD, ao que andou a fazer. Porque isto é a continuação do nosso programa *ipsis verbis*.»

Rui Rufino, Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos ‘Unir Para Fazer’:

«Boa noite mais uma vez.

Antes de fazer a minha intervenção que eu tinha pensado, queria só responder brevemente ao Carlos Pedro que as nossas obras, as obras do ‘Unir para Fazer’ são muito além, estão muito para além das obras do PRR. Assim, de repente lembrei-me do Fórum da Maior Idade, do saneamento, da piscina municipal de Ílhavo, do rés-do-chão do edifício da Câmara Municipal, dos campos de jogos, da ampliação de CROACI, da Barquinha, dos passeios nas praias, da dragagem do cai dos pescadores, do reforço do apoio às associações e às juntas de freguesia. Isto são apenas, assim de repente, alguns exemplos de algumas obras realizadas pelo Unir para Fazer, entre muitas outras, muitas reabilitações nas escolas, nas salas de espetáculo, pavilhão da Gafanha do Carmo, o centro cívico da Gafanha do Carmo, etc, etc, etc, etc. Não tenho tempo para dizer, para referir tudo.

E em relação às expectativas, vai ser difícil baterem-nos, pois a nossa governação de 4 anos teve sempre como termo de comparação a governação do PSD durante quase 50 anos.

Bom, eu queria continuar a abordar aquelas três propostas que eu fiz referência. Parece que eu tenho dom deixar o senhor presidente muito nervoso, mas garanto-lhe que eu não me esforço minimamente para isso.

Não foi por acaso, senhor presidente, que eu pedi mais esclarecimento sobre aquelas últimas três propostas que mencionei, a videovigilância, a escola de pais municipal e o programa Viver Melhor no Trabalho. Cada uma delas, em separado, deixa-me apreensivo sobre as consequências que possam advir de cada uma delas. Mas as três em conjunto no início de mandato deixou-me muito preocupado e as respostas que eu obtive não me tranquilizaram.

Em relação à videovigilância, parece que a situação, apesar de estar mais calma, é, no entanto, para avançar. Em relação à escola de pais municipal, nada disse. Em relação ao programa Viver Melhor no trabalho, foi demasiado vago, não disse nada de concreto.

Então eu vou colocar algumas questões mais concretas e chamar, mesmo que não tenha respostas para me dar hoje, quero chamar a atenção para alguns problemas e com uma intenção construtiva, não é para irritar o senhor presidente, apenas porque tenho que dizer aquilo que penso. É isso que os nossos eleitores nos exigem e nos merecem.

Então, com essa intenção construtiva, procurando contribuir para que se reflita bem sobre o que se pretende em cada projeto, de forma a evitar que se transforme em algo incómodo ou indesejável. Estou convicto das boas intenções de cada uma destas três propostas de que eu

vou falar a seguir, mas a história já nos mostrou como muitas vezes iniciativas cheias de boas intenções podem ser subvertidas e transformadas em algo, no mínimo, pouco recomendável. Então, de forma construtiva, eu vou explicar aquilo que me preocupa. Como já referi na minha intervenção anterior, em relação à questão da videovigilância, nós temos que ter fundamentos sólidos e fundamentos técnicos para tomar as decisões corretas. A não ser assim, é que passaremos a ter uma governação populista, com medidas desintegradas, nem sempre ao serviço de um bem maior, e que por não serem fundamentadas, podem converter-se num prejuízo em vez de um benefício. Todos sabemos que a videovigilância tem um custo para os munícipes, que é a diminuição da liberdade e da privacidade. O que se ganha compensa com o que se perde. É, no fundo esta questão que eu gostaria que fosse respondida e que fosse pensada. E se sim, temos que ter fundamentos sólidos a suportar esta decisão. Se me diz que a situação tende a estar mais calma, eu pergunto se será que ainda se justifica.

Em relação à escola de pais municipal, as minhas dúvidas sobre esta proposta são imensas. O que é a parentalidade positiva? Quem a define como tal? Casos manifestamente graves estão enquadrados pela CPCJ, como nós já sabemos, pelo que insisto na pergunta, de que estamos a falar quando se propõe a criação desta escola? Esta escola é dirigida a todos os pais, só a alguns, com que critério, é facultativa, é obrigatória em alguns casos, onde vai funcionar? Se for apenas um lugar para concentrar de forma avulsa, esporádica, não sistemática, não programática, encontros, palestras, workshops que podem interessar alguns pais, se for isto, eu, sinceramente, não vejo aqui qualquer problema, apenas considero que o nome não é o mais feliz. Agora, se for algo que de forma programática pretende atuar sobre a postura e a forma de atuar dos pais, levando-os a adotar um novo comportamento mais correto, mais adequado, mais desejável, aí já considero esta situação bem mais problemática. Quem é que tem legitimidade para definir a postura adequada dos pais de acordo com a tal parentalidade positiva? Se é esta última hipótese que está aqui em causa, não sei se é ou se não, então há razões para ficarmos preocupados, pois podemos estar perante um projeto de reeducação, neste caso, reeducação dos pais, podendo levar a uma eventual tentativa para formatar e enquadrar os pais num determinado perfil definido prévia e superiormente. Se é isto, espero que não seja, tem tiques totalitários. Espero sinceramente que esta escola de pais seja repensada e bem ponderada à sua necessidade e sobretudo à sua utilidade. Penso que muito mais importante que eventuais projetos de reeducação, devemos antes zelar pelo cumprimento da lei. Todos... pais, alunos, professores, parceiros, comunidade educativa em geral, desde que a lei seja cumprida e respeitada, todos têm o direito de pensar coisas diferentes e lutar por outras leis e regras para a educação. Preocupante é desenvolvermos um projeto com o fim das pessoas passarem a acreditar em algo conveniente a cada contexto. A isso teremos chamar mesmo reeducação e de certeza que ninguém quer trilhar este caminho.

Em relação ao programa Viver Melhor no Trabalho, tenho muitas reservas também aqui, pois não sei se não estão a ser ultrapassadas algumas linhas vermelhas. Este programa vai funcionar em que moldes? É facultativo? É obrigatório? O que se entende por bem-estar? Quem não quiser receber recomendações, por exemplo, sobre literacia financeira, como lá está mencionado, ou que incidam sobre opções da sua vida particular, tem esse direito salvaguardado? Pelos vistos, é um programa que ultrapassa o espaço e o contexto de trabalho, até porque fala em atividades de bem-estar e programa de pausas ativas. Como se garante o direito do trabalhador a desligar totalmente o trabalho durante o seu período dedicado ao descanso, ao lazer e à sua vida privada? Estas questões são inquietantes e parece que está a ser invadido um espaço de liberdade individual e de intimidade que deve ser inviolável.

Se estivéssemos apenas perante uma destas três propostas, podíamos interpretá-la como algo pontual, excecional, que levantaria os seus problemas, mas eventualmente teria a sua justificação para responder a um problema também ele excecional. Agora, as três em conjunto, videovigilância, escola municipal de pais, programa Viver Melhor no Trabalho, parecem indiciar aqui uma tendência para invadir espaços demasiado privados e que podem interferir com a liberdade individual, que tem de ser sempre uma salvaguarda absoluta nas nossas democracias liberais.

Espero sinceramente que esta tríade seja apenas uma coincidência, que não tenha havido aqui qualquer intenção programática. É por aceitar, acreditar nas vossas boas intenções que estou a alertar para estes riscos, pois volto a repetir, muitas vezes as boas intenções podem desembocar nos maiores problemas. E é por acreditar nas vossas intenções que estou a pensar dar-vos um voto de confiança e optar pela abstenção na votação sobre o orçamento. Estou a pensar, eu não estou a comprometer o Unir Para Fazer, porque cada deputado do

Uni Para Fazer pensa pela sua cabeça, acreditando que vão ser cautelosos e vão ponderar bem no modo como devem ser implementados estes projetos.

É um voto de confiança que vos vou dar este ano, o primeiro deste mandato, mas vou estar muito atento à forma como estes projetos se vão desenvolver. Estou apenas a fazer aqui uma recomendação. Como não conhecemos os detalhes destes projetos, estamos de forma construtiva, não é para irritar ninguém, de forma construtiva a alertar para que não se ultrapassem determinados limites que podem soer as boas intenções.

É apenas isso. Quem me conhece sabe a importância que dou à liberdade individual e talvez por isso esteja mais sensível a este tipo de questões. Mas como devemos, como sabemos, por estas semanas, aquilo é a situação que estamos a viver no país e nestas semanas, se calhar todos devíamos estar preocupados com a questão da liberdade, pelo menos até ao dia 8 de fevereiro, especialmente.

Uma governação, na minha perspetiva, deve sobretudo trabalhar para garantir condições para que ninguém esteja mal ou numa situação desfavorável, mas não deve, a meu ver, impor uma noção de bem. O filósofo austro-britânico Karl Popper, que nasceu na Áustria, mas fugiu na Segunda Guerra Mundial do nazismo e adquiriu a nacionalidade britânica, defendia que um governo, um Estado, deve preocupar-se em combater e prevenir maus concretos, a injustiça, a pobreza, a ignorância, a tirania, em vez de impor um ideal de bem.

A noção de um bem supremo leva ao autoritarismo, mesmo que mascarado com boas intenções ou com uma cosmética cheia de cordialidade, fazendo perigar o livre arbítrio de cada um. Volto a insistir, prefiro que seja a lei a definir o que podemos ou não fazer e não uma nova ética que queira fazer nascer um homem novo ou uma mulher nova, que queira ensinar a ser o melhor pai ou uma melhor mãe ou mesmo a aprender a viver melhor ou com mais felicidade. É a lei que deve estabelecer de forma universal os nossos limites e regular a nossa relação com os outros.

Quanto à ética, ela não deixará de ter um papel primordial no que nós somos e na forma como estamos na sociedade, mas deve ser absolutamente individual, com origem na autonomia da razão e da consciência de cada um. Devemos continuar a desenvolver o nosso município, atuando sobre as condições dos serviços, a multiplicidade de atividades e de eventos, a diversidade das propostas culturais, as medidas de proteção aos mais frágeis e nunca com a sobrançeria de pensarmos que sabemos melhor que o próprio aquilo que cada um quer, aquilo de cada um necessita.

O progresso, a modernização, a participação cívica, o crescimento da vivência democrática só se pode fazer em liberdade, mesmo que isso custe mais tempo, mesmo que se avance e se recue com elas, mas sempre respeitando o seu ritmo, a sua natureza e a sua condição e condição de cada um de nós. Seres imperfeitos, demasiado imperfeitos. E dou graças por essa imperfeição. É ela que nos torna humanos. Que saibamos ter a humildade e a lucidez de nunca o esquecerem.»

Graça Oliveira, Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos ‘Unir Para Fazer’:

«Muito boa noite. Na generalidade, não é, na nossa opinião, o orçamento desejado. Porém tenho perfeita consciência que a minha votação não vai pôr em causa a aprovação do orçamento. Eu venho aqui dizer que não posso de maneira nenhuma, não vale a pena exaltar, senhor Presidente, e deixar passar o seguinte, que muito me desiludiu.

Refiro-me à Gafanha da Nazaré, centralidade urbana. Somos cidade desde 2001. Pergunto, que cidade, quem se interessou por este assunto? Quem se interessou pelo reforço da centralidade urbana, atualmente dispersa? Houve quem se preocupasse. Interessaram-se em requalificar espaços públicos, tornar a cidade mais acessível, coesa, segura, com melhores condições de fruição para quem vive neste território, para quem aqui trabalha ou visita, resumindo, quem se interessou ou se preocupou com o plano estratégico para colmatar as reais necessidades e ambições da comunidade.

Relembro o anterior Executivo e o master plan. Eu sei que este assunto, não com esta abrangência e profundidade na Gafanha da Nazaré, não é novo. Governantes houve que tiveram a intenção de fazer algo, tipo requalificar a Avenida José Estevão ali em frente à igreja. É verdade. Mas como já vem sendo habitual para a Gafanha, mais uma vez não foi prioridade. Ficou tudo em águas de bacalhau. Relembro também que o Executivo anterior, consciente dessa necessidade, preocupou-se e interessou-se. O mesmo Executivo foi indiferente às intenções dos anteriores governantes. Ou seja, eles pensaram na integração dos seus projetos, que embora fossem projetos isolados, tipo a retalho, isolados, pensaram a melhor forma de os enquadrar no verdadeiro e real pertinente plano a longo prazo, de forma a dar a força merecida a este magnífico e potencial território. À intenção juntou-se empenho e ação. Ouviram a comunidade, representantes de diversas entidades como a Administração da

APA, bombeiros, GNR, Executivo da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, associações locais como o Grupo Etnográfico, ADIG, Casa do Povo, vereadores municipais, deputados da Assembleia e todos quantos mostraram interesse em marcar presença nas sessões públicas participativas.

Mais... rodearam-se de técnicos especializados. O processo desenvolveu-se todo, até mesmo no que diz respeito à aquisição dos terrenos, incansavelmente todos a trabalhar para o mesmo. Finalmente, esse estudo estratégico, o Master Plan, resultou num planeamento pensado a longo prazo, ambicioso, mas perfeitamente enraizado na identidade local, com ações a implementar ao longo dos próximos anos. Conclusão sobre este assunto, hoje: o Master Plan nas grandes opções do plano, nem grandes, nem pequenas. E opções? nem sequer chegou a ser opção. Orçamento zero, nem um único sinal para os investimentos previstos na Gafanha da Nazaré. Se não podiam ou não queriam colocar no orçamento, colocavam 10. Mas nem isso, nem isso. Estamos cansados de estar em águas de bacalhau. É tudo.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos ‘Unir Para Fazer’:

«Tentarei ser telegráfico com o tempo que tenho.

Quando me referi que as suas respostas, das suas respostas dependeria o meu sentido de voto, era o meu sentido de voto e não do Unir Para Fazer. E as suas respostas não me tranquilizaram, até porque não deu duas das respostas que lhe solicitei, nomeadamente o saldo de gerência e como previa financiar os 5 milhões e meio que aparecem no ano de 2026 como financiamento não definido.

Ressalvei que não pretende aumentar as taxas sobre os resíduos. Cá estaremos. Que irá cumprir a lei dos compromissos. Cá estaremos.

Da sua intervenção, percebo que na sua introdução inicial refere-se aos centros urbanos não sendo específico. Foi omissivo ou propositadamente omissivo como é todo este documento.

Hoje estamos a tratar das grandes opções do plano, do orçamento e do mapa de pessoal. Só só falamos hoje em dois desses documentos, grandes opções do plano. E as grandes opções do plano são plurianuais, não são só para 2026. Como a Graça referiu, e muito bem, é uma perspetiva que se dá para o futuro.

E aquilo que o senhor disse, penso ter entendido perfeitamente, é que o master plan da Gafanha de Nazaré não será implementado, não se compromete com o master plan da Gafanha da Nazaré, compromete-se com uma centralidade que não está estudada, que não vai estar e por isso é adiado mais uma vez o Centro Cívico da Gafanha da Nazaré.

E é por essas razões que este orçamento é pouco claro, é omissivo, é enganador. Este orçamento é um retrocesso quando anda para trás. Assumam de vez que não querem o orçamento participativo. Assumam. Nunca o querem. Nunca o quiseram. Foi aprovado pelo Unir Para Fazer contra a vossa vontade. Tiveram as propostas do PS durante muitos anos e sempre votaram contra. Não o querem? Retirem-no. Este o orçamento não é bom.

Eu disse-o durante o último mandato: eu não voto orçamentos, não me abstenho em orçamentos, ou são bons ou são maus. Critiquei a postura do PSD e do PS durante os últimos orçamentos. Eu vou votar contra. O Unir Para Fazer tem liberdade de voto. Cada um votará como entender.

Eu não posso aceitar que mais uma vez a Gafanha de Nazaré seja posta em águas de bacalhau.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do Partido Social Democrata

«Caro presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo, na sua pessoa cumprimento as excelentíssimas Secretárias. Caro presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, na sua pessoa, cumprimento todos os Vereadores do Executivo. Caros deputados, caras deputadas, estimado público que nos acompanha aqui e via streaming.

Eu vou iniciar a minha intervenção porque acho que foram feitas acusações graves e utilizadas expressões graves que são atentados à democracia portuguesa que completou 51 anos. Isto de virem dizer que meios de segurança utilizados nas capitais europeias e grandes cidades invade a privacidade individual... mas a privacidade coletiva fica segura, ou seja, o individual sobrepõe-se ao coletivo, que a liberdade das pessoas fica condicionada por causa da videovigilância, que nós queremos formatar e sermos totalitários. Como é que é possível quando o senhor sabe que os sindicatos da função pública classificaram o vosso executivo como persecutório e de corte de direitos, nomeadamente basta olhar para as baixas que o vosso executivo teve, com todos os executivos anteriores do PSD, superaram os números. Isso é inacreditável.

Em 4 anos os senhores tiveram mais pedidos de mobilidade do que nós em 40 anos de governação. É muito grave os senhores virem aqui afirmar que nós somos totalitários. É muito grave porque tem que o provar.

Aliás, ganharam 1000 votos? Nós ganhamos 1500. Por isso é que estamos a governar.

Viver melhor no trabalho. Caríssimo presidente da Câmara. Que forma mais clara de dizer aos trabalhadores todos da Câmara Municipal que têm liberdade ou debate à participação, nomeadamente serem esclarecidos dos seus direitos que muitas vezes os sindicatos não trazem, ou porque os trabalhadores têm medo de ser sindicalizados, que não é o caso dos funcionários da Câmara Municipal, nomeadamente pagam as suas contribuições aos sindicatos via débito direto, seja no direito à pausa, seja no direito à amamentação, seja nos direitos da parentalidade, das famílias de adoção, etc, etc, etc. É disto que estamos a falar. Viver Melhor no Trabalho, porque muitas vezes, e nós sabemos que existem ainda chefes dentro desta casa que têm que prestar contas ao executivo camarário, porque nós não queremos chefes, nós queremos líderes de equipa que tenham sensibilidade, sejam humanos e vejam a gestão das suas equipas como uma verdadeira ciência humana, não é?

Vir para aqui falar em Potter e não sei quê. Também estudei isso, formei-me em gestão, eu estudei isso, pensamento económico. Estudei isso tudo, estudei, tive sociologia, tive filosofia, gosto imenso de história, mas acho que isto, estas acusações são graves e acho que o Unir Para Fazer tem que pôr um bocadinho de travão. Sim, eu não sou daquelas pessoas que diz que o orçamento é muito mau ou é muito bom. Não, eu sou daquelas pessoas que digo mesmo, eu nunca chumbo um orçamento porque é um documento previsional. E se os senhores repararem no orçamento que nos foi apresentado, eu já lá vou às GOP, as dotações para 2027, 28, 29 e 30 são as dotações que já estão definidas. E são verbas que nós sabemos que, se correr bem, lá estão.

É o mínimo, claro, que vamos ter no orçamento. Portanto, são dotações mínimas. Se consideram que isto é um erro, é o vosso pensamento. Nós consideramos que estamos a mostrar às pessoas que há garantia que estas verbas vão existir. Provavelmente até serão superiores. Vamos ver. Porque neste documento das grandes opções do plano houve o cuidado, e isto nós temos que temos que valorizar o tipo de documento que nos foi apresentado, porque é diferente. Existe uma introdução e existe grandes opções do plano. Existe um enquadramento orçamental onde há o cuidado de fazer a análise geopolítica mundial que estamos a viver. Falamos da inflação, falamos da variação cambial, falamos da realidade político social do próprio governo, e vamos ver o que é que vem por aí. Existe esta preocupação.

É um documento muito bem elaborado, senhor presidente de câmara. Dou os parabéns porque eu prefiro esperar duas semanas ou três e ter um documento que seja esclarecedor para todos os munícipes, que podem consultar no site da Câmara Municipal, do que fazer tudo muito à pressa porque temos que cumprir o 31 de dezembro. Que não é o 31 de dezembro que define a data limite. Porquê? Porque este mandato ainda não fez os 90 dias. Naturalmente que eu também às vezes me engano a falar, eu posso dizer março, fevereiro, isto acontece. Ninguém é perfeito, porque se fosse perfeito, Deus que é Deus não agradou a todos.

Indo ao encontro àquilo que foi dito pelo caro presidente da Câmara, eu sou uma pessoa que gosta de andar informada.

Eu não vou a atas, senhor presidente. Uma vez fui porque fui desafiada pelo anterior presidente porque usou palavras minhas, enquadramentos diferentes, foi desenquadrada e tive que fazer a defesa da minha honra. Mas eu sei que o senhor presidente da Câmara atual, presidente Rui Dias, não vai gastar muito tempo com isso, porque é do passado e nós temos que olhar para a frente, temos que olhar para o futuro.

Naturalmente há um compromisso que nós fizemos com a população e que já está a ser cumprido e é público. E o senhor presidente de câmara falou que tem a ver com o roteirómetro. Abram a página do município e vejam das 24 medidas para os 100 dias de mandato, quase 21% estão executadas. 71% quase, 70,8 sejamos rigorosos, estão em fase de execução. 8,4 por executar. Os 8,4, eu já vou dizer quais são, porque são duas medidas que têm a ver com monitorização de fenómenos extremos, de incêndios e cheias, que a proteção civil fará o seu trabalho e apoiar as medidas do bem-estar animal, que tem a ver com a vacinação e esterilização. Portanto, é isto que está por executar.

Agora vamos falar de coisas sérias. Não há medidas para a educação? Perguntem isso às associações de pais. Perguntem aos bolsistas, aos bolsistas do ensino superior. Não há política de educação, não foi feito nada? É preciso muita lata. Permitam-me usar a expressão. Houve um primeiro encontro com, aqui está a palavra colaboradores. Eu gosto mais da palavra trabalhadores do município de Ílhavo. Ou poderia ser, trabalhadores e colaboradores,

porque há colaboradores e há trabalhadores. Estabeleceram um plano de atendimento regular aos munícipes, visitas às freguesias, associações, clubes e entidades, entidades como o Porto Aveiro. Portanto, já existe uma visão daquilo que está a ser feito. E aqui não vou esquecer e vou lembrar o senhor presidente da Câmara atual que existe uma marginal dos bacalhoeiros que tem que ser tratada e essa obra tem que ser concretizada o mais rápido possível. Apresentação do roteirómetro online, naturalmente, priorizar.

E vamos falar das pessoas e bens. A videovigilância é necessária, os cidadãos já vieram aqui, foi logo na primeira assembleia e na segunda, e vão continuar a vir enquanto se sentirem inseguros. E foram os próprios cidadãos que apresentaram essa alternativa que existe noutros municípios. Ou seja, estamos a ouvir a população ou não estamos?

Estamos a disciplinar o estacionamento das praias. Esta medida afinal foi tão simples e todas as pessoas das praias entenderam que nós tínhamos razão e o verão vai-nos dar razão. Já o dizem os comerciantes e os moradores que nós temos razão.

Na pequena grande alteração que foi feita, em fase de execução, na fábrica Centro Ciência Viva para a instalação de programas Tecklabs e escola ciência viva em educação. Estamos a cumprir o nosso programa de primeiro ano da educação. Reforçar a articulação com a associação de pais, educação. Apresentar o programa do ano municipal de educação. Lá está, educação. Instalar um gabinete de apoio jurídico, administrativo e fiscal ao associativismo, bem como às famílias e pessoas com deficiência, educação. O apoio jurídico é educação. Proporcionar visitas gratuitas a equipamentos culturais para residentes do concelho. Desenvolver o programa Conselho mais seguro e saudável. A promoção de atividade física também é educação, é prevenção para a saúde. Vou voltar a citar, implementar o programa Viver Melhor no Trabalho destinado aos funcionários do município, tendo em vista cuidar da sua saúde física e mental, onde a doença mental vai ser falada e vai ser tratada olhos nos olhos, porque não tem sido tratada, nem falada, olhos nos olhos. Apoio psicológico, ergonomia nos postos de trabalho, literacia financeira e atividades de bem-estar. Naturalmente que se nós formos ao mapa pessoal, verificamos que nós vamos ter mais 160 e tal trabalhadores em 2026. Portanto, não estou desatenta, pois não?

Está-se a rir João Campolargo. Acha sempre muita piada às minhas intervenções, mas se siga em silêncio e respeite.

Era muito engraçado, era muito engraçado que me respeitassem, porque eu não falto ao respeito. E há uma coisa curiosa, quantas vezes eu questionava o presidente Campolargo e a resposta era zero. Foram consecutivas. Até as associações de pais não tiveram a pedida resposta no dia em que foi feita, foram feitas as questões em direto nesta Assembleia Municipal. Quantas vezes, aliás, vou perguntar quantas respostas eu obtive das dezenas de perguntas que lhe fiz? Naturalmente que se acham que todos estes argumentos não são válidos, em 60 dias, 70 dias se fez isto tudo. Se acham que é pouco? Eu não acho que seja pouco, nem que seja muito. É o que é possível fazer. Podia-se ter feito mais? Com certeza que sim. Poder-se-ia ter feito menos. Para nós não seria suficiente. Mas com certeza que sim. Nós estamos aqui para fazer mais e melhor por um futuro maior. Isso eu não tenho dúvidas. Por isso as pessoas nos deram a vitória.

Agora eu vou-vos dizer uma coisa. Nós devemos ter cautela, porque muitas vezes são ditas coisas que levam as pessoas à técnica do medo, cortar a palavra, a técnica da risota, do gozo. É assim, eu ao contrário de outros, o meu candidato a Presidente da República nem sequer vai à segunda volta, portanto estou à vontade, mas respeito o voto do povo e que ganhe o melhor e que tiver melhor argumentos para defender o nosso país. Em bom rigor, eu até podia dizer, porque de um lado está um socialista, do outro lado está o representante do Chega, que alguns até chegam ao extremo da direita, classifiquem como classificarem, mas eu não vejo assim.

Eu vejo o cidadão André Ventura e o cidadão António José Seguro.

Senhor presidente, a partir do momento que se falam em tiques totalitários, etc, etc, etc. E a abordagem foi feita no dia 8 de fevereiro nesta assembleia. O senhor presidente não interrompeu. Eu também tenho o direito de dizer que muitas vezes essas visões são perigosas e são essas visões que afastam as pessoas de exercer o direito que custou muitas vidas a conquistar. Vai fazer 52 anos em 2026. Estamos a celebrar 50 anos do poder autárquico, mas para mim, espero morrer velhinha e ainda a festejar o 25 de abril e naturalmente a confirmação por via do 25 de novembro. Muito obrigada.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do Partido Social Democrata:

«Começar por agradecer ao senhor presidente da Câmara, enfim, os contributos que deu com as suas explicações para nós melhor percebermos o que é que vai ser o futuro do concelho e, para já, no próximo ano.

E depois dizer que hoje já tivemos a oportunidade de ter aqui alguns esclarecimentos, quer dizer, já tivemos aqui posições que vão definir o futuro do nosso relacionamento nesta Assembleia.

O PS pela voz do Sérgio já identificou e teve uma posição responsável. Acho que é coerente com o que sempre defendeu neste município, neste fórum e com a sua posição quanto à votação deste documento.

Quanto ao Unir, para mim foi uma surpresa o que aqui apareceu. Quero dizer, o Unir, hoje, teve aqui uma atitude de uma grande irresponsabilidade e uma grande falta de lealdade para com munícipes, para com fornecedores, para empreiteiros, para com a população em geral, porque assumem ou assumiram as empreitadas, propuseram aquelas empreitadas, celebraram contratos e agora vêm aqui votar contra a execução, os pagamentos, a realização destas mesmas obras.

Fica definido qual é o posicionamento do Unir Para Fazer ou dos seus membros que agora são independentes. Cada um fala por si, já não tem uma cabeça pensante que lidere todo este processo, mas cada um se vai movimentar. Vamos ver se são tão independentes ao ponto de cada um votar à sua maneira. Vamos ver. Vou ter muito gosto em assistir a esta votação e a esta irresponsabilidade, esta falta de lealdade. É não confiável. Quer dizer, hoje o Movimento e os seus membros mostraram aqui que não são confiáveis.

O que dirá amanhã um empreiteiro quando dissermos: "Olhe que ele chumbou". E corríamos o risco de você não receber. Achem isto correto? Eu não acho. Não foi esta a posição que nós tomámos há 4 anos quando aqui nos foi apresentado um orçamento que não era o nosso. Mas enfim, vamos vendo. E o tempo dirá: "O que será isto no futuro?" Para já, acho que foi uma posição muito incorreta por parte do Unir relativamente àquilo que andou a fazer durante 4 anos. Como já sabem ou já sabemos, foi muito pouco.

Relativamente àquelas três questões fundamentais e que são muito preocupantes, quer dizer, colocar isto nas nossas cabeças. Nós que sempre defendemos a liberdade, nós que nunca andámos a perseguir funcionários. Aquilo que disse a Margarida é verdade. Nunca houve tanta mobilidade neste concelho. Os funcionários que saíram e aqueles que desejavam sair, mas que foram estancados. Os funcionários que são aqui perseguidos durante 4 anos.

As câmaras. Você vai a uma instituição aqui muito perto que é muito maior e tem câmaras em tudo quanto é sítio. Até nos departamentos, até nos edifícios têm câmaras. Qual é a preocupação? Tem que haver controle, tem que se saber quem é que está a ver e a vigiar as câmaras, tem que se saber quais se cumprem ou não cumprem as regras. Mas qual é a preocupação? Isto é impensável aquilo que eu acabei de ouvir e para mais devo dizê-lo, Rufino, da sua parte. Quer dizer, enfim, nós conhecemos bem.

Mas reportando ao que está aqui em discussão, estas grandes opções do plano e o respetivo plano de atividades para 2026, representam o início de um novo ciclo de governação do município de Ílhavo, assente numa visão estratégica de médio prazo, mas com ações concretas, como diz o senhor presidente, mensuráveis e orientáveis para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Este documento, que também é plurianual, constitui um instrumento que integra as prioridades políticas do executivo municipal para o primeiro ano do mandato, bem como as ações que terão início em 2026 e cuja execução se há de prolongar ao longo do ciclo. Tendo como base a estratégia de desenvolvimento para o concelho, assumida no último ato eleitoral, fundamenta-se esta numa lógica de governação responsável, de proximidade e de transparência, sustentada numa gestão rigorosa dos recursos públicos e numa forte articulação respeitosa com a comunidade. Segura-se a continuidade e conclusão de investimentos estruturantes em curso, muitos deles enquadrados em financiamentos comunitários no âmbito do PRR. E, por outro lado, na ambição de iniciar novas políticas e projetos. Atento o atual panorama financeiro, este documento revela prudência e faseamento do investimento que privilegia a conclusão de projetos transitados e essenciais e o reforço das respostas de proximidade, e a criação de condições para um futuro mais justo, inclusivo e atrativo. Com este plano, consideramos que o executivo reafirma o compromisso com os munícipes de governar com seriedade, proximidade e visão, colocando as pessoas no centro da ação municipal.

Assumimos, perante os eleitores, o compromisso de em 4 anos reforçar as políticas de proximidade e coesão social, promovendo educação, ação social e sustentabilidade. Igualmente, propusemos um conjunto de outras propostas vertidas no nosso Roteiro, cuja execução material, face à constatação das necessidades de tesouraria do município para cumprimento as obrigações anteriormente assumidas pelo executivo cessante, verá o seu início adiado ao longo dos 4 anos.

Como sabemos, os investimentos estruturantes do município de Ílhavo, definidos no mandato anterior, contam com verbas do PRR, nomeadamente a requalificação das três escolas, a

requalificação e ampliação dos centros de saúde, a construção da habitação social, os quais, isto é preciso que se diga novamente, exigem igualmente uma comparticipação financeira do município, como já referida em reunião anterior, relativos à componente não comparticipada, designadamente entre 15 e 50% aos valores de obras e aos equipamentos que excedem os valores padrão de referência, trabalhos a mais, erros e omissões, bem como fornecimento imobiliário, equipamento, os vulgos monoblocos, para que as obras se realizem imediatamente. Esta comparticipação financeira envolve um custo ao município de cerca de 11 milhões de euros e é condicionador da estratégia de investimento do ciclo autárquico que agora se inicia, bem como perturbadora do plano e o calendário de execução material das propostas que a AD submeteu ao escrutínio dos nossos munícipes no passado mês de outubro.

O cumprimento dos compromissos assumidos anteriormente, ao longo do mandato anterior, traduz-se numa aposta também, na devida altura aprovada pelo PSD, de promover a melhoria da qualidade de vida da população local com melhores equipamentos públicos. O nosso compromisso assumido perante os munícipes de uma gestão rigorosa, responsável e transparente das finanças públicas, assenta num exercício de prudência tributária, como demonstramos na última reunião, o qual não dispensa necessariamente a futura necessidade de um recurso à contratação de um empréstimo bancário para satisfazer esses compromissos financeiros que não de ser definidos.

Decorrente destes constrangimentos, reconhecemos que alguns dos projetos propostos no último ato eleitoral autárquico nunca poderão ser iniciados ou desenvolvidos como desejaríamos. No entanto, devemos dizer que, de acordo com as captações financeiras que forem ocorrendo, não deixaremos de fazer, mas teremos que fasear os seguintes empreendimentos: disponibilização de apoios estruturados aos clubes. Esta medida que nós temos no plano é muito significativa. Vocês nem imaginam o que é isto para os clubes desportivos do nosso concelho. Temos consciência de que é impossível realizar isto no primeiro ano, mas certamente vai ser realizado durante os próximos 3 anos. A ampliação da Zona Industrial da Mota. Penso que o senhor presidente acabou de falar na comemoração dos 25 anos do Museu Marítimo de Ílhavo que devia ter sido feito com outra pompa em circunstância vai ter que ser mais moderada.

Enfim, a promoção da reconversão de edifícios existentes em unidades de alojamento temporário. Isto também é uma grande preocupação nossa, mas se não podendo ser no primeiro, vai ter que ser no segundo ou no terceiro. A promoção otimização da rede de ecopontos. Nós temos necessidade de ter mais ecopontos. Não há dinheiro para tudo, como vocês sabem.

A ampliação e requalificação da rede municipal de ciclovias. Já aqui foi abordado pelo Pedro, a construção de um pavilhão multiusos. Isto é um investimento de alta envergadura. A requalificação dos espaços públicos centrais da Gafanha da Nazaré e da Gafanha da Encarnação. Há de chegar o tempo. Haveremos de ver os projetos, haveremos de ver o master plan, que ninguém, ou muito pouca gente, se pronunciou sobre aquilo. Infelizmente nem a senhora lá foi. Foi à Junta verem. Foi? Pronto. Está bem. Pronto. Foi à Fábrica das Ideias? Está bem.

A construção de um pavilhão, a implementação do programa abrangente de qualificação de espaço público, a criação de zonas de descanso, o desenvolvimento integrado de rotas cicláveis e pedestres, a criação de bairros comerciais digitais, isto é de altíssima importância para o concelho.

O adiamento do início da realização destes projetos programados no primeiro ano de exercício desse mandato não corresponde, nem representa, a sua exclusão da visão estratégica que temos para o concelho, mas constitui uma opção de responsabilidade, aquilo que vos disse há bocado, faseada e alinhada com a real capacidade financeira do município. Pese embora as dificuldades assinaladas, o presente plano integra um conjunto assinalado de novos investimentos criativos e já com a marca AD. que urge realçar. Dispensamo-nos de dizê-los porque eles estão todos constantes do programa que nos foi apresentado. Concluindo, o presente plano reflete um equilíbrio consciente entre ambição, política e realismo financeiro, assumindo os constrangimentos existentes e herdados do passado, sem abdicar uma estratégia de desenvolvimento sustentado, inclusive e coeso. Tendo a prioridade definida para a educação, realçar também que temos a ação social, a saúde, a habitação, o bem-estar, a cultura, o associativismo, o meio ambiente, a mobilidade, que vão traduzir uma aposta inequívoca na melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes.

O plano evidencia uma forte preocupação com a gestão rigorosa dos recursos públicos, o cumprimento dos compromissos assumidos e a conclusão de investimentos estruturantes para o concelho.

Realçamos as novas iniciativas previstas para 2026 complementadas com continuidade das ações municipais já consolidadas. Sublinhamos o facto de ser um plano aberto à participação da comunidade, à avaliação contínua e ao ajustamento permanente às necessidades reais do concelho. O presente plano traduz um compromisso com uma governação exigente, próxima e partilhada, colocando o interesse público no centro da decisão política e convidando toda a comunidade a participar ativamente na construção do melhor futuro. Estamos convictos que este plano contribuirá para um concelho mais forte, mais solidário e com um futuro maior.»

Carlos Pedro, Grupo Municipal do partido Centro Democrático Social:

«Eu vinha só trazer aqui dois pontos. O primeiro ponto, eu queria realçar que eu acho inaceitável que o deputado Sérgio Lopes não me permita, ou acha que eu não posso usar a palavra que eu usei há pouco que era aberrante. É uma aberração.

Qualifiquei alguma coisa como aberrante. É um direito que eu tenho de qualificar aberrante. Não chamei ninguém uma aberração. Disse que aquela coisa para mim é aberrante. E uma coisa aberrante é uma coisa que foge daquilo que eu espero. É o que está no dicionário. Primeiro ponto, só para ficar claro, não é nenhuma defesa da honra.

O segundo ponto era que o nosso colega Rufino continua a chamar obras dele, dele do Unir Para Fazer, quando são obras dos munícipes, do município. Não há obras de uns, nem há obras de outros, são as obras do concelho e que são todas em contínuo. Um executivo tem umas obras que estão são feitas por ele, o outro continua, o outro continua, outro continua. Portanto, já tinha sido anteriormente referido por um outro colega do Unir Para Fazer “as nossas obras”. Não há “as nossas obras”, são obras dos munícipes que estão cá e, portanto, são de todos. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado. Vamos então agora dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, Rui Dias:

«O deputado Sérgio Lopes veio invocar aqui a necessidade, a conveniência de termos um debate sério. Eu faço a justiça de admitir a seriedade do debate que temos tido aqui e confesso ter alguma admiração intelectual por muitos dos membros desta assembleia. E digo sem qualquer intuito de comprar o compromisso de ninguém. Tenho efetivamente.

Portanto, enfim, às vezes estaremos um bocadinho de despistarmos-mos no circuito, mas isso não significa que não tenhamos esse respeito todos uns pelos outros e que não estejamos todos a fazer um debate sério. Disse o Sérgio que o facto de nós honrarmos os compromissos do passado não nos deve impedir de realizar as nossas propostas. É esse o nosso propósito. É esse o nosso propósito. Mas nós não dissemos que vínhamos realizar as nossas propostas em dois meses, vínhamos realizá-las em 4 anos. E é isso que queremos fazer. E queremos também que que estejam cá para nos fiscalizar, como disse o Sérgio. E não é emitir humildes opiniões. As vossas opiniões são muito estimáveis. São muito estimáveis. Não são humildes, não são tão estimáveis como as nossas, como é fácil de perceber. Eu gosto de perceber que o Sérgio está preocupado com a nossa capacidade de realizar aquilo que nos propusemos fazer. Eu asseguro que nós não o vamos desiludir.

Em relação à metodologia para, e sem esticarmos muito esta discussão sobre a forma como pretendemos distribuir os as fichas de apoio. Eu concordo consigo, Sérgio. Aquele contributo parece-me interessante. É uma sugestão valiosa de que possam ser os professores. A generalização absoluta é que me incomoda. Não, não acho aceitável. Não acho aceitável agora partir para um modelo, começar de onde começamos e partir para um modelo que permita aos professores, às escolas, aos agrupamentos identificar um conjunto de pessoas que de facto precisem. Mais, é uma sugestão que deve, que pode e deve ser considerada no futuro. Não me repugna nada.

Já em relação ao dentista, já não posso estar tão de acordo. Se o observatório diz que metade das pessoas não vão ao dentista, provavelmente também não irão ao cardiologista, nem ao ortopedista. E nós não somos o Ministério da Saúde no sentido de podermos dotar todos os nossos equipamentos com profissionais de saúde ou equipamentos destinados a realizar aqueles que são os propósitos do Ministério da Saúde. Embora, como já afirmámos, o facto de trazermos para aqui o cheque dentista e termos aqui um valor para distribuir por aqueles que precisam ou possam precisar do cheque dentista, nos vai permitir monitorizar essas necessidades no concelho e perceber se, de facto, devemos evoluir para outro modelo.

Disse no fim que as nossas grandes opções do plano vincam mais divergências em vez de construir divergências. Eu acho que isto pode não ser muito exuberante nas suas manifestações, mas esse é o caminho que nós queremos seguir, o de construir de facto convergências com todos.

Em relação ao senhor deputado Pedro Cristo.

O Pedro Cristo veio dizer que o Hugo disse no passado não sei o quê e então ele também diz que a avença da Joana foi não sei como, então eu também chumbo.

Eu gostava que este ressentimento, essa mágoa, este ajuste de contas que atravessa algumas das intervenções não nos surpreendem, mas entristecem-me. Não devia ser assim. Nós não devemos estar aqui a fazer ajustes de contas com o passado, a sacar das atas do passado. Há uma coisa que eu garanto ao Dr. Pedro Cristo é que não tem nenhuma ata, nenhuma declaração minha que seja contraditada por aquilo que eu estou a dizer ou a fazer agora.

Em relação ao senhor deputado Rufino, diria-lhe que não me enerva. O deputado Rufino não me enerva. Aliás, eu costumo dizer que não me incomoda quem quer, não me incomoda nem me enerva quem quer, mas fico preocupado, apreensivo e preocupado, porque de boas intenções está o inferno cheio.

As suas apreensões e preocupações, de facto, são estimáveis, mas não são elas que vão condicionar aquilo que temos que fazer. Reparo que o senhor disse que a instalação da videovigilância precisa de fundamentos sólidos por causa da segurança e que se perde a privacidade. Só tem medo da privacidade no espaço público quem anda a fazer asneiras. Eu não tenho problema nenhum com a minha privacidade no espaço público. Tenho problemas com a minha privacidade dentro de casa. Agora, em relação ao que faço no espaço público, quer eu, quer os outros cidadãos, acho que não devem ter problemas nenhuns, exceto se andarem a fazer asneiras.

Em relação à escola de pais, o senhor tinha três problemas. Um era o da instalação da videovigilância, outra era a escola de pais. E a escola de pais é como uma escola de filhos, é igual. A escola de pais não é feita no modelo marxista para educar as pessoas de acordo com modelos pré-formatados. É naturalmente uma escola destinada a todos, facultativa, para trazer mais literacia ao exercício da nossa atividade enquanto pais. Eu gostava de ter tido esta oportunidade de ter frequentado uma escola de pais. Gostava de ter sido ainda melhor pai do que aquilo que fui. Eu agradeço-lhe muito o senhor considerar que era a hipótese de me transformar numa espécie de um grande educador dos pais ou da classe operária. Mas eu não tenho essa ambição, nem é esta a pretensão que está associada à criação da escola de pais.

O senhor diz que a lei deve ser cumprida e respeitada. É claro que a lei deve ser cumprida e respeitada. Nós queremos é que os pais conheçam a lei, sabem quais são as suas obrigações enquanto pais. Portanto é isto que nós pretendemos com esta escola de pais, que naturalmente é de frequência facultativa.

Em relação ao programa de viver melhor no trabalho, eu gostava de dizer o seguinte: os senhores vão conhecer em breve o teor integral do nosso programa do viver melhor no trabalho.

É naturalmente um programa de acesso voluntário, que vamos colocar à disposição dos trabalhadores da nossa casa como ferramentas para simplificar, para qualificar ou para valorizar o seu trabalho dentro desta casa. É um bocadinho como a ginástica no trabalho que foi colocada aqui pelo Unir Para Fazer e que tem o mesmo grau de perigosidade e de potencial atentado à liberdade individual de cada um que tem a ginástica no trabalho. É exatamente igual, só que mais sólido, mais denso, mais complexo, com maior extensão, com mais variáveis que as pessoas podem utilizar, se quiserem. É isto. Portanto, escusa de se esticar muito em grandes considerações sobre a nossa vontade de controlar quer pais, quer trabalhadores. Nós não temos intenção nenhuma nem de controlar pais, nem de trabalhadores. Não gostamos disso, para nada. Podem ficar completamente tranquilos que nós não vamos ultrapassar os limites da liberdade de cada um. Nós não vamos consultar as redes sociais dos nossos trabalhadores. Nós não vamos controlar os likes nas publicações dos nossos trabalhadores para condicionar a sua atividade, quer cá dentro, quer lá fora. Não, isso não nos move. Nunca nos verá a fazer isto. Isso não tem a ver com as regras que queremos instituir para aqui, mas tem a ver com aqueles com princípios de decoro, de ciência, de urbanidade que pautaram sempre a nossa vida. E vamos continuar a usar dentro desta casa.

Em relação à senhora deputada Graça Oliveira, dizer-lhe o seguinte. A senhora está muito preocupada, a senhora está cansada de estar em águas de bacalhau, diz a senhora. Não é certamente por causa destes dois meses que a senhora está cansada. Pode estar cansada

de 4 anos, de estar à espera, não é? Certamente eu não disse a ninguém que ia cumprir o master plan da Gafanha da Nazaré. Quero deixar clara a minha opinião em relação a isto.

O master plano da Gafanha da Nazaré é um master plan que a meu ver foi pouco participado, foi pouco discutido, teve pouca intervenção da sociedade civil da Gafanha da Nazaré, inclusive da Junta de Freguesia, que era quem devia estar mais próximo do documento final e não esteve. Portanto, a Junta de Freguesia foi quase chamada a ratificar um documento e teve uma participação muito próxima do zero.

E, portanto, se a dúvida que tem em relação a esta questão ou à minha posição em relação a esta questão, fique claro que a nossa posição é não cumprir o master plan que está em cima da mesa.

O senhor Dr. Pinto Reis disse também que cá estará e no futuro. Eu espero que o senhor cá esteja, eu não lhe quero mal. Quero que o senhor cá fique muitos anos.

Mas o nosso projeto não é omissivo contra o Master Plan, o nosso projeto diz que há uma nova centralidade para ser estudada na Gafanha da Nazaré e na Gafanha da Encarnação. E é isso que nós vamos fazer. O senhor diz qualquer coisa como nós não sabemos estudar, nós sabemos estudar, nós também temos a quarta classe, também soubemos estudar e, portanto, faremos o mesmo caminho no sentido de criar uma nova centralidade para a Gafanha de Nazaré, de acordo com aqueles que vão ser os nossos propósitos. Nós não estamos aqui nem para cumprir o master plan, nem para cumprir o programa do Unir. Estamos aqui para cumprir o programa que submetemos à consideração do nosso eleitorado e que nos trouxe até aqui.

Em relação ao orçamento participativo, o senhor vem dizer que eu quero acabar com o orçamento participativo. “Acabem lá com o orçamento”.

Mas se eu quisesse acabar com o orçamento participativo acabava, não o punha cá. Ou não acha que eu era capaz de fazer isso? Sou capaz de fazer isso. Sou. Portanto, eu quero manter aqui o orçamento participativo. O senhor vem dizer que nós queremos acabar com ele, porque foi criado pelo Unir. Só faltou dizer que foi inventado pelo Unir. Não foi inventado pelo Unir. Há orçamentos participativos em milhares de câmaras. Portanto, o que nós entendemos é que nestas circunstâncias devíamos reduzir a dotação do orçamento participativo e fizemos bem, porque, se repararem bem, os senhores puseram lá 100.000 € no ano passado, mas não gastaram 100. 000 € nenhuns. Apenas porque a execução material dos projetos que foram aprovados ou foram vencedores do orçamento participativo ainda não viram a luz do dia. Isso não os incomoda. Incomoda é por lá muito dinheiro para se poder gastar. Não, nós queremos dar utilidade ao dinheiro que pomos à disposição das pessoas. É só isto.

Portanto, nós não temos problema nenhum em relação aos orçamentos participativos, mas deixar claro que não foram inventados pelo Unir Para Fazer.

O senhor disse também que votará contra. É um direito que lhe assiste naturalmente e que é muito exigente com a transparência e o cumprimento dos compromissos, e que nós, porque não cumprimos o compromisso com o master plan, o senhor vai votar contra. Acho que faz muito bem. Nós não temos compromisso nenhum em relação ao master plan e, portanto, não deve ser essa a razão pela qual o senhor vota contra.

Acho que sim, que nós devemos ser exigentes em relação ao cumprimento dos compromissos, devemos ser transparentes em relação àquilo que estamos aqui a fazer, mas queria recordar-lhe que o senhor aceitou ser candidato como cabeça de lista à assembleia municipal e também aceitou ser candidato numa lista a presidente da assembleia municipal em que não constava como presidente da assembleia municipal e isso não lhe fica bem. Agora deixe-me dizer-lhe só o seguinte... se no Unir uns se absterem, outros votam contra, e significa que há pelo menos dois UPF, é bom. Há cinco PSD e pelos vistos há dois UPF. Talvez se fossem mais, vocês até tivessem mais.

É isto que eu tenho para dizer, senhor presidente. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito obrigado, senhor Presidente. Concluídas todas as intervenções, vamos então colocar à votação o ponto 1 “Grandes opções do plano, orçamento e mapa pessoal para 2026”. Quem vota contra? Quem se absterem? Muito bem.

As Grandes opções do plano, orçamento e mapa de pessoal para 2026 foram aprovadas por maioria, com 3 votos contra, 9 abstenções e 13 votos a favor.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Bem, são 00:07. Ainda temos aqui alguns pontos. Eu proponho avançarmos e depois vamos ver onde é que terminamos. Está bem? Bem, avançamos para o ponto dois.»

Ponto 2. **“Autorização prévia e autorização prévia genérica no âmbito da lei dos compromissos para o ano de 2026”.**

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Ponto 2 “Autorização prévia e autorização prévia genérica no âmbito da lei dos compromissos para o ano de 2026”. Começo por dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, Rui Dias:

«Muito obrigado, senhor presidente. Como certamente tiveram a oportunidade de ler, tem a ver com a possibilidade de não termos que trazer à Assembleia Municipal a abertura de procedimentos relativos a despesas com origem em encargos orçamentais, em mais de um ano económico. Portanto, é nesses termos que a proposta é feita até determinado valor, que neste caso é de 99.759 €. Se tiverem alguma dúvida, tem a ver apenas com a abertura dos procedimentos e não com o encerramento dos procedimentos. É apenas uma autorização genérica para simplificar os procedimentos e aumentar a celeridade administrativa dos processos internos. Se alguém tiver alguma dúvida, estou aqui para responder.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Não se registando qualquer intervenção, vamos votar este ponto dois. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, o ponto 2 foi aprovado por unanimidade.»

Ponto 3. **“Abertura de procedimento por Hasta Pública para cessão do direito de exploração de um quiosque, sito no Molhe Sul, Praia da Barra – Gafanha da Nazaré”.**

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Ponto 3, “Abertura do procedimento por hasta pública para concessão do direito de exploração de um quiosque, sito no molho de sul, Praia da Barra, Gafanha Nazaré. Dou a palavra, senhor Presidente.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, Rui Dias:

«Também suponho que é claro o texto que foi submetido à vossa apreciação. Basicamente, só para situar um bocadinho melhor, estamos a falar do chamado “quiosque de Iracema”, aquele que fica na entrada do Molho Sul, e que, enfim, adquiriu algum mediatismo pelo facto da senhora o explorar há muito tempo e toda a gente conhecer.

Só que nos termos do regulamento do concurso, a morte do titular do direito do concessionário importa a extinção da concessão. Portanto, a concessão não se transmite aos herdeiros.

A senhora faleceu, a Câmara, e bem, promoveu à extinção do direito e, portanto, agora estamos aqui a abrir um procedimento para o colocar novamente no mercado. É isto que estamos aqui a fazer. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Não havendo qualquer intervenção, vamos então votar este ponto 3, da “Abertura de procedimento por hasta pública para concessão do direito de exploração de um quiosque no Molho Sul, Praia da Barra, Gafanha Nazaré.

Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, este ponto foi aprovado por unanimidade.»

Ponto 4. " **Hasta Pública para a "Concessão do direito de utilização privativa do Espaço Público Municipal para conceção, instalação e exploração de 12 quiosques no Município de Ílhavo "**.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Vamos passar ao ponto 4, "Hasta pública para a concessão do direito de utilização privativa do espaço público municipal para concessão, instalação e exploração de 12 quiosques no município de Ílhavo". Senhor presidente, tenha a palavra.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, Rui Dias:

«Muito obrigado, senhor Presidente. Suponho que a proposta também é clara. Tem a ver com a concessão da exploração de um conjunto de quiosques que ainda estão disponíveis para concessionar, que são localizados na Barra, na Costa Nova, na Gafanha da Nazaré, na Encarnação, aqui na cidade e na Gafanha do Carmo.

As condições são as que constam do edital e do programa do procedimento que foi distribuído. Não tem nenhuma originalidade que mereça aqui ser sublinhada. De qualquer forma, estou disponível para esclarecer qualquer dúvida que possam ter.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Pergunto se há alguma intervenção? Também não. Imagino que o senhor presidente também não tenha mais nada para partilhar. Vamos então votar este ponto 4, "Hasta pública para a concessão do direito de utilização privativa do espaço público municipal para a concessão, instalação e exploração de 12 quiosques no município de Ílhavo".

Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, este ponto foi aprovado por unanimidade.»

Ponto 5. "**Compromissos plurianuais assumidos no 1.º semestre de 2025, de contratos de locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços**".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Ponto 5, "Compromissos plurianuais assumidos no primeiro semestre de 2025 dos contratos de locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços". Dou a palavra ao senhor presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, Rui Dias:

«Senhor presidente, este ato é apenas para dar conhecimento aos senhores deputados municipais dos compromissos plurianuais assumidos no primeiro semestre de 2025, ainda no ano passado, relativos a locação ou aquisição de móveis ou aquisição de serviços. A relação consta da grelha que é a terceira página desse documento. É tudo também muito claro e não suscita dúvidas, mas se suscitar estarei aqui para tentar esclarecer-vos. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Não havendo inscrições para qualquer intervenção, delibero como tomado conhecimento.»

Ponto 6 – “Eleição do representante das Freguesias no Conselho Municipal de Saúde”

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Chegámos ao fim, ao ponto seis. Eleição de um presidente de Junta de Freguesia em representação das Juntas de Freguesia do município no Conselho Municipal de Saúde. Questiono se existe alguma lista que se queira apresentar aqui à mesa. >> Uma lista, não, uma proposta. Muito bem. Vou dar aqui à nossa primeira Secretária para ler.»

Leitura da proposta A que se anexa à presente Ata, propondo a Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo como representante das Juntas de Freguesia do município no Conselho Municipal de Saúde.

Efetuada a chamada individual de cada Deputada e Deputado Municipais, realizada a contagem dos votos, a senhora presidente da junta de freguesia de Gafanha do Carmo, foi eleita representante no Conselho Municipal de Saúde, com 16 votos a favor, 6 votos brancos e 3 votos nulos.

Encerramento

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Meus senhores, chegámos ao fim dos nossos trabalhos. Antes de lermos a ata em minuta e encerrarmos nossos trabalhos, dizer-vos que atravessamos um período de luto municipal que nos convoca à contenção das palavras, à memória e à reflexão. É um tempo de respeito e de homenagem, mas também de união enquanto comunidade e enquanto representantes eleitos dos cidadãos.

Quero por isso deixar um agradecimento sincero a todos os grupos municipais pela anuência manifestada relativamente à integração do voto pesar, bem como do ponto seis na ordem de trabalhos da presente sessão. Esta disponibilidade e espírito de entendimento revelam a maturidade política dos senhores deputados e a dignidade com que este órgão autárquico exerce as suas competências, colocando interesse coletivo acima de qualquer outra consideração.

É com este sentido responsabilidade, diálogo e respeito institucional que se fortalece a democracia local e dignifica o papel da assembleia municipal. Acreditamos que com este espírito de cooperação estamos a fazer um trabalho cada vez melhor, dia após dia, em benefício da nossa comunidade e do nosso concelho.

Nestes momentos, as diferenças ficam naturalmente em segundo plano e sobressai aquilo que verdadeiramente nos une, o compromisso com o serviço público, a memória de quem nos precedeu e a responsabilidade para com o futuro. Onde quer que esteja, o Dr. António Neves Vieira, estou certo, estará satisfeito com todo o trabalho hoje realizado em prol da nossa comunidade. Foi sempre esse o seu exemplo e seguramente não o faria de forma diferente.»

Ata em Minuta

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Muito bem, antes de irmos embora temos que ler a ata em minuta.»

1.º Secretário da Mesa, Domingos Vilarinho:

[Leitura da Ata em Minuta, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da Ata]

Depois de lida a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da presente ata.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

O Técnico Redator Municipal

(Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos)

(Miguel Araújo)